



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
GERONTOLOGIA**



MARIA DOS REMÉDIOS GONÇALVES DOS SANTOS

**PROGRAMA DE PREPARO PARA APOSENTADORIA PARA SERVIDORES
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**

JOÃO PESSOA/PB

2018

MARIA DOS REMÉDIOS GONÇALVES DOS SANTOS

**PROGRAMA DE PREPARO PARA APOSENTADORIA PARA SERVIDORES
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora do Programa de Mestrado Profissional em Gerontologia da Universidade Federal da Paraíba para obtenção de Título de Mestre em Gerontologia.

Área de Concentração: Gerontologia

Linha de Pesquisa: Envelhecimento e Tecnologias Inovadoras para o Cuidado à Pessoa Idosa.

Orientador: Prof. Dr. Robson Antão de Medeiros.

JOÃO PESSOA/PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Maria Dos Remédios Gonçalves Dos.
PROGRAMA DE PREPARO PARA APOSENTADORIA PARA SERVIDORES
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA / Maria Dos
Remédios Gonçalves Dos Santos. - João Pessoa, 2018.
78 f.

Orientação: Robson Antão Medeiros.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCS.

1. Aposentadoria. 2. Envelhecimento. 3. Tribunal de
Justiça. I. Medeiros, Robson Antão. II. Título.

UFPB/BC

MARIA DOS REMÉDIOS GONÇALVES DOS SANTOS

**PROGRAMA DE PREPARO PARA APOSENTADORIA PARA SERVIDORES
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora do Programa de Mestrado Profissional em Gerontologia da Universidade Federal da Paraíba para obtenção de Título de Mestre em Gerontologia.

APROVADA EM: 31 / 01 / 2018.

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Robson Antão de Medeiros
Orientador

Programa de Mestrado Profissional em Gerontologia – PMPG/UFPB



Profa. Dra. Sandra Barbosa da Costa
Membro Interno

Programa de Mestrado Profissional em Gerontologia – PMPG/UFPB

Prof. Dr. José Andrade Costa Filho
Membro Externo
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

“Com os idosos está a sabedoria e na longevidade o entendimento” (Jó 12:12)

Dedico esse trabalho a Deus, que é a razão da
minha vida, sem Ele nada disso teria
acontecido.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ser a minha fonte inspiradora em tudo que faço.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Robson Antão, pelo comprometimento, seriedade e excelência acadêmica.

Agradeço a Professora Dr^a. Antônia Oliveira Silva pelo apoio, orientação, incentivo e por acreditar no meu potencial quando eu mesma não acreditava.

Aos membros da banca examinadora de qualificação pelas valiosas contribuições feitas.

Aos demais professores do Programa de Mestrado Profissional em Gerontologia da Universidade Federal da Paraíba que foram de indescritível importância e são responsáveis por desempenhar um valioso papel na formação acadêmica dos que passam pela instituição.

Agradeço a Laura Veloso e a Haydée Cassé, por todas as conversas, reuniões e observações foram de grande valia para o resultado desta pesquisa.

Agradeço aos meus colegas de turma, que dividiram comigo grandes momentos de alegria, mas também de trabalho árduo nesses dois anos. Em especial a Maria das Graças que com sua dedicação, sempre nos motivou, dando força e dispondo-se a nos ajudar, procurando atender as nossas necessidades.

Aos meus colegas de Trabalho que me apoiaram sempre e acreditaram no meu potencial, em especial Ana Cananéia e Cleide Marcia que me ajudaram nos momentos difíceis.

Ao meu marido e aos meus filhos por todo o apoio incondicional e compreensão durante esses dois anos e em todos os momentos que precisei de apoio e compreensão. Tenho plena consciência que sem eles não chegaria até aqui. Palavras de gratidão sempre parecerão poucas perto do que vocês representam para mim.

SANTOS, Maria dos Remédios Gonçalves. **Programa de Preparo para Aposentadoria para Servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.** 78f. (Dissertação) Programa de Mestrado Profissional em Gerontologia - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2018.

RESUMO

Introdução: O envelhecimento tem se caracterizado por um campo amplo no cenário das pesquisas. Durante o envelhecimento a vida saudável é resultante da manutenção da autonomia e da independência, sendo a primeira como a capacidade de decisão do indivíduo, e a segunda como a aptidão de realizar algo por meios próprios. Hoje, para muitos, o idoso não passa de um “objeto” velho, sem graça e que ficou obsoleto. A falta de um suporte durante o processo de aposentadoria e do próprio amparo familiar, gera neste idoso o sentimento de inutilidade. A pessoa idosa quando se vê frente ao processo de aposentadoria por vezes pode se sentir desmotivada, sem ânimo para o futuro, sem novas perspectivas, postergando, inclusive este acontecimento em sua vida. **Objetivos:** identificar os trabalhadores que já possuam tempo de serviço para aposentadoria ou que estejam em fase de pré-aposentadoria de um Tribunal de Justiça; caracterizar o perfil ocupacional dessas pessoas e propor a elaboração de um guia de orientação para os servidores em situação de aposentadoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. **Método:** Trata-se de um estudo metodológico, dentro da abordagem qualitativa e quantitativa. Em vista disso, o estudo foi dividido em 6 etapas. A primeira delas consistiu na seleção dos participantes para as rodas de conversas, formando grupos. A segunda se referiu à aplicação do roteiro com questões semiestruturadas, com uso do gravador, aos participantes selecionados. Em seguida, analisaram-se as informações para propor um guia de orientação preliminar. Consequente, foi realizada a validação da proposta do guia preliminar por meio das rodas de conversas com os participantes dos grupos selecionados para assim passar para a quinta etapa: a construção definitiva do guia e por fim, sua confecção e divulgação. **Resultados e Discussão:** Como primeiro resultado, foi produzido uma revisão integrativa sobre o programa para servidores em situação de aposentadoria, bem como a confecção e disponibilização do guia, de forma virtual, no site do Tribunal de Justiça. Consistiu na seleção dos participantes para as rodas de conversas e formação de grupos. Em seguida, houve a aplicação do roteiro com questões semiestruturadas, para assim analisar os dados e propor um guia de orientação preliminar. Consequente, foi realizada a validação da proposta do guia preliminar por meio das rodas de conversas com os participantes dos grupos selecionados para assim passar para a quinta etapa: a construção definitiva do guia e por fim, sua confecção e divulgação no site do Tribunal de Justiça da Paraíba. **Conclusão:** a partir da pesquisa, é possível notar a importância desse grupo sentir-se amparado, por meio de informativos e palestras. Assim, o presente estudo tem importância acadêmica tanto para a área de pesquisa de Gerontologia quanto para o Direito, uma vez que trata de uma etapa tão importante para a vida do ser humano e buscou contribuir com os trabalhos da área. Além disso, contribui para essa parcela da população que se encontra no momento de pré-aposentadoria, transformando essa etapa algo mais consciente e célere, desmistificando a dificuldade no processo de aposentadoria.

Palavras-chave: Aposentadoria; Envelhecimento; Tribunal de Justiça.

SANTOS, Maria dos Remédios Gonçalves. **Retirement Preparation Program for the Public Servants of the Court of Law of the State of Paraíba.** 78p. (Dissertation) Professional Master's Program in Gerontology - Health Sciences Center, Federal University of Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2018.

ABSTRACT

Introduction: Aging is characterized by a wide field in the research scenario. During the aging, a healthy life results from the maintenance of autonomy and independence, the first is the individual's decision-making ability, and the second, the ability to accomplish something by themselves. Today, for many, the elderly is nothing more than an "object", without grace and that became obsolete. The lack of support during the process of retirement and family support generates, in this elder, the feeling of worthlessness. When an elderly person faces the process of retirement sometimes can feel disheartened, feeling hopeless about the future, without new perspectives, postponing, including this event in their life. **Objectives:** To identify those workers who already have service time for retirement or who are in the phase of pre-retirement of a Court of Justice; characterize the occupational profile of these individuals and to propose the development of a guidance for the workers in a situation of retirement from the Court of Justice of the state of Paraíba. **Method:** This is a methodological study, within the qualitative and quantitative approach. In view of this, the study was divided into six stages. The first one consisted of selecting the participants to the wheels of conversations, forming groups. The second referred to the implementation of the guide with structured questions, with the use of the recorder, for the selected participants. The information was then analyzed to propose a preliminary orientation guide. Therefore, the proposed preliminary guide was validated by means of wheels of conversations with participants in the selected groups to move to the fifth step: the final construction of the guide and finally, its preparation and disclosure. **Results and Discussion:** A first result was the production of an integrative review on the program for government worker in a situation of retirement, as well as the preparation and the virtual delivery of the guide on the website of the Court of Justice. It consisted of selecting participants to the wheels of conversations and the formation of groups. Then, there was the implementation of the guide with structured questions, then, data analysis and a preliminary orientation guide was proposed. Therefore, the proposed preliminary guide was validated by means of wheels of conversations with participants in the selected groups to move to the fifth step: The final construction of the guide and finally, its preparation and disclosure on the website of the Court of Justice of the Paraíba. **Conclusion:** the research shows the importance of providing support for this group, through newsletters and lectures. Thus, the present study has academic importance for both the search area of gerontology as the Law, since this step is so important for the human being's life and sought to contribute to the work of the area. In addition, it contributes to this portion of the population that is located at the pre-retirement moment, turning this step into something more consciously and quickly, demystifying the difficulty in the retirement process.

Keywords: Retirement; Aging; Court of Justice.

SANTOS, Maria dos Remédios Gonçalves. **Programa de Preparación para Jubilación para Servidores del Tribunal de Justicia del Estado de Paraíba.** 78h. (Disertación) Programa de Maestría Profesional en Gerontología - Centro de Ciencias de la Salud, Universidad Federal de Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2018.

RESUMEN

Introducción: el envejecimiento se caracteriza por un amplio campo en el escenario de la investigación. Durante el envejecimiento, la vida sana es el resultado de la preservación de la autonomía e independencia, siendo el primero la capacidad de decisión de la persona, y la segunda como la capacidad de lograr algo por sí mismo. Hoy en día, para muchos, los ancianos no son nada más que un "objeto", sin gracia y que se volvió obsoleto. La falta de apoyo durante el proceso de la jubilación y el apoyo familiar genera en este anciano el sentimiento de inutilidad. Cuando el anciano ve el proceso de jubilación a veces puede sentirse desalentado, sin aliento para el futuro, sin nuevas perspectivas, aplazando, incluyendo este evento en su vida. **Objetivos:** identificar a aquellos trabajadores que ya tienen el tiempo de servicio para la jubilación o que están en la fase de pre-jubilación de un Tribunal de Justicia; caracterizar el perfil ocupacional de estos individuos y proponer el desarrollo de una guía para los servidores en una situación de jubilación del Tribunal de Justicia del estado de Paraíba. **Método:** Este es un estudio metodológico, dentro del enfoque cuantitativo y cualitativo. En vista de ello, el estudio se divide en 6 etapas. La primera consistió en la selección de los participantes a las ruedas de conversaciones, formando grupos. La segunda se refiere a la aplicación de un guía con preguntas estructuradas, con el uso de la grabadora, a los participantes seleccionados. A continuación, se analizó la información para proponer una orientación preliminar. Por lo tanto, se llevó a cabo con el fin de validar el proyecto de guía preliminar por medio de ruedas de conversaciones con los participantes en los grupos seleccionados para pasar al Quinto paso: la construcción final de un guía y, finalmente, su elaboración y divulgación. **Resultados y Discusión:** Como primer resultado se produjo una revisión integral sobre el programa para servidores en situación de jubilación, así como la preparación y la entrega de la guía, en forma virtual, en el sitio web del Tribunal de Justicia de las Comunidades Europeas. Consistió en la selección de los participantes en las ruedas de conversaciones y la formación de grupos. Entonces, se aplicó el guía con preguntas estructuradas y, después, la análisis de los datos y la propuesta de un guía de orientación preliminar. Por lo tanto, se llevó a cabo con el fin de validar el proyecto de guía preliminar por medio de ruedas de conversaciones con los participantes en los grupos seleccionados para pasar al quinto paso: La construcción final del guía y, finalmente, su elaboración y la divulgación en el sitio de Internet del Tribunal de Justicia de la Paraíba. **Conclusión:** de la investigación, es posible observar la importancia de que este grupo se sienta apoyado, a través de boletines y conferencias. Por lo tanto, el presente estudio tiene importancia académica tanto para el área de búsqueda de gerontología en cuanto al derecho, puesto que es un paso que es tan importante para la vida del ser humano y procura contribuir a la labor de la zona. Además, contribuye a esta porción de la población que se encuentra en el momento de pre-jubilación, transformando este paso en algo más consciente y rápido, desmitificando la dificultad en el proceso de jubilación.

Palabras-clave: Jubilación; Envejecimiento; Tribunal de Justicia.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Caracterização dos artigos científicos acerca de programas para servidores em situação de aposentadoria, selecionados, de acordo com o ano, a amostra e o objetivo, publicados entre 2007 a 2016. (n=6)	44
TABELA 1: Dados sociodemográficos dos servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, Brasil. (n=33).....	54
TABELA 2: Definição das abordagens de pesquisa e instrumentos utilizados nos artigos científicos acerca de programas para servidores em situação de aposentadoria, publicados entre 2012 a 2016. (n=6).....	45

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Fluxograma do método empregado para identificar artigos científicos acerca de programas para servidores em situação de aposentadoria, publicados entre 2012 a 2016.....	43
FIGURA 1: Conteúdos semânticos mais evocados por classes ou categoria.....	57
FIGURA 1: <i>Homepage</i> do Guia de Orientação para facilitar aos servidores a disponibilidade do acesso às informações necessárias para o processo de aposentadoria...	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BVS - Biblioteca Virtual da Saúde

EMCPA - *Key Factors on Retirement Planning*

GIEPERS - Grupo Internacional de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento e Representações Sociais

IRaMuTeQ - *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*

KFRP - *Key Factors on Retirement Planning*

LASES - Laboratório de Saúde, Envelhecimento e Sociedade

PPGENF - Programa de Pós-graduação em Enfermagem

Scielo - *Scientific Electronic Library Online*

TJ - Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1 ASPECTOS GERAIS DO ENVELHECIMENTO HUMANO	21
2.1.1 Conceito de envelhecimento e aspectos gerais.....	21
2.1.2 Crescimento da população idosa.....	23
2.1.3 Qualidade de Vida no Envelhecimento.....	25
2.2 ASPECTOS GERAIS DA APOSENTADORIA	26
2.2.1 Aposentadoria à luz do Direito.....	29
2.2.2 Impacto populacional e previdenciário.....	31
2.2.3 Programa de Preparo para aposentadoria nos setores públicos e privados.....	32
3 ABORDAGEM MÉTODOLÓGICA	34
3.1 Tipo de Estudo	35
3.2 Cenário do Estudo	35
3.3 População e Amostra	35
3.4 Instrumentos e Procedimento de Coleta de Dados	36
3.5 Análise dos Dados	36
3.6 Aspectos Éticos	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1 ARTIGO 1: Programa para Servidores em Situação de Aposentadoria: uma revisão integrativa.....	39
4.2 ARTIGO 2: Programa de Preparo para Aposentadoria para Servidores do Tribunal de Justiça.....	50
4.3 Guia de Orientações para Aposentadoria.....	62
5 CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	
ANEXO	

APRESENTAÇÃO

Como servidora do Tribunal de Justiça (TJ), durante muito tempo da minha vida profissional atuei na área jurídica por ser bacharel em Direito. No ano de 2005, surgiu a oportunidade de fazer um curso de especialização em gestão empresarial e de pessoas, fugindo um pouco do meu cotidiano. Conseqüentemente, identifiquei-me logo com a temática.

No ano de 2009 recebi um convite para assumir a coordenaria de treinamento dos servidores do TJ. Durante os treinamentos percebi que havia um grupo de servidores que já haviam chegado ao último nível da carreira e estavam completamente desmotivados, inclusive não querendo participar dos treinamentos e capacitações oferecidos pelo TJ. Eram pessoas aparentemente deprimidas e sem perspectiva de futuro.

Observei ainda que, dentre elas tinham os que já haviam completado o tempo para aposentadoria, porém que não queriam se aposentar pelo motivo de perdas salariais, bem como não querer perder o vínculo com o TJ. Segundo esses servidores, essa situação trazia-lhes muita angústia e depressão, além de fazê-los solicitar várias licenças para tratamento de saúde. Nesse sentido, aprofundei-me mais nas pesquisas, e surgiu o desejo de planejar alguma iniciativa para mudar o quadro em que se encontrava esse grupo de pessoas. Deste modo, pensei em criar algo que desse sentido as suas vidas, nesse momento de processo de aposentadoria, de maneira que propiciasse um direcionamento e que os auxiliasse de alguma forma.

A partir disso iniciou-se a minha participação no Laboratório de Saúde, Envelhecimento e Sociedade (LASES), no Grupo Internacional de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento e Representações Sociais (GIEPERS) do Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PPGENF), colaborando nas atividades de estudos e pesquisas com a temática, o que contribuiu para ampliar as minhas perspectivas de investigação no campo da Gerontologia.

Em 2016, veio à oportunidade de ingressar na primeira turma de Mestrado Profissional em Gerontologia do Centro de Ciências da Saúde da UFPB, participando de estudos e discussões junto aos outros pesquisadores do grupo, bem como de seminários e oficinas. Por meio da discussão da temática e de pesquisas em outros tribunais, vi a possibilidade de criar um programa para preparar o servidor do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba para enfrentar o momento da aposentadoria, como o início de um novo ciclo de vida e não como a finitude, podendo proporcionar novos horizontes.

Acredito que o tema anteriormente referido possibilite a esses servidores - que já preenchem todos os requisitos para se aposentarem - por meio de um programa de preparo

para aposentadoria - a oportunidade de serem vistos de forma a atender seus anseios. Assim, as informações poderiam contemplar orientações, tirar as dúvidas com relação as vantagens e as perdas salariais, a como aplicar o dinheiro, a como viver bem com os futuros proventos ou com uma nova profissão, usando suas habilidades. A aposentadoria não deve ser algo negativo mas sim prazeroso, para se ter uma velhice tranquila e saudável.

Diante do exposto, o presente estudo encontra-se estruturado da seguinte forma:

Introdução - A construção do objeto de estudo, aborda o tema, problemática, justificativa, questões de investigação e objetivos do estudo; **Abordagem teórica**, reflete sobre os aspectos conceituais da velhice e do processo de aposentadoria e sua relação com a qualidade de vida dos servidores do Tribunal de Justiça; **Abordagem metodológica**, composta pela caracterização e tipo de pesquisa, campos da pesquisa, população e amostra, instrumentos e procedimento de coleta, análise dos dados e aspectos éticos; **Resultados e Discussão**, apresentados a partir dos artigos originados da pesquisa e as **Conclusão**, refletindo sobre os achados do estudo, bem como as contribuições para a sociedade e para a ciência, no âmbito da saúde.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento tem se caracterizado por um campo amplo no cenário das pesquisas, tanto pelas transformações que vêm ocorrendo ao redor do mundo, quanto pela quantidade de informações que faltam ser reveladas ou desmistificadas nesta parcela da população mundial.

Durante o envelhecimento a vida saudável é resultante da manutenção da autonomia e da independência, sendo a primeira como a capacidade de decisão do indivíduo e a segunda como a aptidão de realizar algo por meios próprios. Portanto, quando se quantifica o grau de autonomia do idoso, bem como o seu grau de independência no desempenho das atividades diárias, está se avaliando a sua saúde e a sua qualidade de vida (MARTINS et al., 2009).

A sociedade moderna imputa aos seus idosos uma posição bem diferente daquela das sociedades primitivas, em que as pessoas mais experientes e com idade avançada eram respeitadas e ocupavam os altos cargos. Hoje, para muitos, o idoso não passa de um “objeto” velho, sem graça e que ficou obsoleto. A falta de um suporte durante o processo de aposentadoria e do próprio amparo familiar gera-lhe o sentimento de ser inútil.

Com tantos contrastes na vida moderna percebe-se que faltam políticas públicas eficientes e empenho dos governantes para desenvolver e implementar as estratégias para a melhoria no atendimento e na qualidade de vida dos idosos, bem como para a garantia de bem-estar físico, social e ambiental, após a aposentadoria.

O envelhecimento populacional vem sendo um dos maiores desafios da saúde pública, principalmente nos países em desenvolvimento. Nesses locais, a população idosa cresce vertiginosamente, em decorrência da queda nas taxas de fecundidade, mortalidade infantil e da mortalidade nas idades mais avançadas. Nesse sentido o processo de envelhecimento é contínuo e desigual, dependente de cada sociedade e de cada cultura de modo contextualizado (CESAR et. al., 2008).

A pessoa idosa quando se vê frente ao processo de aposentadoria, por vezes, pode se sentir desmotivada, sem ânimo para o futuro, sem novas perspectivas, postergando, inclusive este acontecimento em sua vida. Assim, um preparo para esta realidade pode modificar ou mesmo nortear rumos e percepções sobre a nova etapa do ciclo de vida a ser enfrentado. Neste sentido, surgiu o seguinte questionamento: Um programa de preparo para aposentadoria pode promover satisfação na adesão para essa etapa?

Pelo exposto, destaca-se a relevância desta temática, pois o preparo para a aposentadoria pode interferir na qualidade de vida de idosos, bem como no intuito de criar alternativas de intervenção, além de propor ações e políticas na área da saúde, buscando atender às demandas da população que envelhece.

Fazer um comparativo entre os idosos que estão para se aposentar e aqueles que se aposentaram, é de extrema relevância para o campo da gerontologia, pois estas duas realidades são bem presentes no cotidiano da sociedade e pouco se discute sobre os seus impactos no envelhecimento populacional.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo geral propor a elaboração de um guia de orientação para os servidores em situação de aposentadoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Para tanto, a investigação busca, em primeiro lugar, identificar os trabalhadores que já possuam tempo de serviço para aposentadoria ou que estejam em fase de pré-aposentadoria de um Tribunal de Justiça. Em seguida, caracterizar o perfil ocupacional dessas pessoas. Por fim, fundamentar a confecção e disponibilizar o guia de forma virtual no site do Tribunal de Justiça.

2.1 ASPECTOS GERAIS DO ENVELHECIMENTO HUMANO

2.1.1 Conceito de envelhecimento e aspectos gerais

Envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem. A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu os idosos como o grupo de pessoas que possui 60 anos ou mais. Vale destacar que esse número é para países subdesenvolvidos, que é o caso do Brasil. Em países desenvolvidos, a idade para ser considerado idoso é a partir dos 65 anos. Mais do que alcançar determinada idade, o envelhecimento humano é algo que merece mais atenção de toda a sociedade (VERAS, 2009).

Conforme descreve Simone de Beauvoir, em seu clássico livro “A velhice”, após anos de estudo da área da geriatria - subárea da saúde que estuda o envelhecimento físico - surge a gerontologia. Esta ciência tem como objetivo estudar o processo de envelhecimento (1990, p. 30). Assim, ela se desenvolve na manifestação desses três setores: biológico, psicológico e social (1990, p. 32).

Isso significa que envelhecer é um processo em que ocorrem alterações no organismo, manifestadas de forma variável e individual. Consiste em um fenômeno fisiológico, de comportamento social, ou cronológico, ou seja, a velhice surge como progressão do tempo, da idade adulta até o fim da vida (MEIRELES et al., 2007).

Neri (2005) define envelhecimento como um processo biológico que gera mudanças funcionais, mas que, sobretudo, ocorre dentro de um contexto psicológico e social. O autor (2008) acredita que esta etapa da vida compreende os processos de transformação do organismo ocorridos após a maturação sexual que irão implicar na diminuição gradual da probabilidade de sobrevivência. Os eventos ocorridos são de natureza interacional, com início em diferentes épocas e ritmos, os quais conduzem aos resultados distintos para os diversos órgãos e as várias funções do organismo.

Entretanto, o envelhecimento, por muitas vezes, é recebido com uma atitude de imediata rejeição, visto que ele traz consigo a impotência, a feiura e a doença. Apesar de ser comum a valorização do idoso, dentro de certas sociedades, em diferentes contextos, sejam eles históricos ou culturais, em nossa sociedade isso ocorre de outra forma (PERETTI; STURBA, 2014).

É uma fase em que o indivíduo idoso conclui que alcançou muitos objetivos, mas também sofreu muitas perdas, destacando-se a saúde como um dos aspectos mais afetados.

A percepção da velhice não passa, apenas, pela arena biológica. Envolve fatores biopsicossociais devendo estes ser vistos como uma parte de um todo. Afinal de contas, o indivíduo é formado por essas três esferas e não apenas por uma. Ele é um ator individual em suas características biológicas, mas enquanto ser social e psicológico, ele compõe uma coletividade que é responsável pela formação de sua identidade.

Para ilustrar essa relação, tomemos o descaso com o idoso no âmbito da saúde, com o atendimento precário no serviço de atendimento público, enfrentando filas de hospitais, falta de medicamento, poucos médicos geriatras, tratamento diferenciado e um apoio necessário à sua saúde (PERETTI; STURBA, 2014).

Faz-se necessário tratar não só dos aspectos referentes à senescência, que abarca todas as mudanças produzidas no organismo de um indivíduo que são diretamente ligadas à sua evolução no tempo, mas também da senilidade, que nada mais é que um complemento da senescência. A senilidade refere-se às condições que afetam o indivíduo no decorrer da vida baseadas em mecanismos fisiopatológicos. Portanto, são doenças que danificam-lhe a qualidade de vida. Além disso, referem-se às a doenças comuns em outras faixas etárias, a exemplo da perda de fertilidade, osteoartrose, entre outras.

Conforme aponta Mendes (2005):

A habilidade pessoal de se envolver, de encontrar significado para viver, provavelmente influencia as transformações biológicas e de saúde que ocorrem no tempo da velhice. Assim, o envelhecimento é decisivamente afetado pelo estado de espírito, muito embora dele não dependa para se processar (MENDES, 2005, p. 422).

Desta forma, existe uma relação direta entre como o fator psicológico - razão de viver, relacionamento com a família e as pessoas - pode afetar o aspecto biológico do indivíduo. Por exemplo, se a pessoa apresenta um quadro de câncer e a mesma tem uma motivação maior para encará-la, as chances de um bom tratamento e uma cura logo tornam-se maiores do que uma pessoa com quadro depressivo, que por não ter mais ânimo de vida, não vê sentido no tratamento. Logo, não o faz e as chances de ser curado tornam-se menores (MEIRELES et al., 2007).

Diante do exposto, é possível vislumbrar a complexidade do processo de envelhecimento e seus desafios. Nesse sentido, o próximo subtópico vai abordar como o crescimento desse grupo representa um desafio ainda maior em sua coletividade.

2.1.2 Crescimento da população idosa

O fenômeno do envelhecimento populacional é uma realidade mundial e tem características heterogêneas. Isto é, fatores como circunstâncias históricas e culturais, a incidência de doenças, a interação com o meio ambiente e a genética influenciam e influenciarão o envelhecimento de cada indivíduo (PERETTI; STURBA, 2014).

A expectativa de vida da população vem aumentando em virtude dos avanços científicos e tecnológicos, das melhorias nas condições de higiene e saneamento básico, as quais foram responsáveis pela redução, por exemplo, das mortes por doenças infectocontagiosas. Devido a essa elevação na expectativa de vida, vários países convivem atualmente com diversas gerações de idosos, os quais possuem necessidades variadas; portanto, exigem políticas assistenciais diferentes (VECCHIA et al., 2005; MEIRELES et al., 2007).

Até meados do século passado a probabilidade dos brasileiros morrerem no auge da vida produtiva era um fato bastante concreto. Nas últimas décadas, no Brasil houve um processo de inversão na característica populacional, com declínio nas taxas de natalidade e mortalidade, resultando no aumento da população da faixa etária de 60 anos ou mais. Essa inversão vem ocorrendo por conta de diminuição da população nas faixas etárias mais jovens de zero a 14 anos, da ampliação da população na faixa etária de 15 a 59 anos e do acréscimo na faixa de 60 anos ou mais (MEIRELES et. al., 2007).

A transição demográfica é um dos mais urgentes problemas mundiais por conta dos cenários assustadores da seguridade social e sistemas de saúde. Na Europa, a baixa na fertilidade tem surgido como um importante aspecto da saúde, enquanto que nos países em desenvolvimento os problemas socioeconômicos mascaram a saúde materno-infantil. No entanto, a sobrevivência da humanidade depende das futuras gerações, que já sofrem com o processo de migração e com o envelhecimento da sociedade (PEREIRA et al, 2006; KALACHE, 2008).

O aumento da população idosa influencia o modo de conduzir a atenção à saúde, pois, uma sociedade em processo de mudanças possui necessidade de adequação dos valores culturais, das políticas sociais e de saúde, de maneira a atender às necessidades e aos problemas decorrentes do envelhecimento populacional (VIEIRA, 2004; NERI, 2008).

Segundo dados do IBGE, o número de pessoas que se encaixam nessa classificação aumentou significativamente. Enquanto em 1991, o número de pessoas com mais de 60 anos era de 10.722.705, em 2000 esse número alcançou a marca de 14.536.029, representando um

crescimento de aproximadamente 4 milhões em 9 anos. A Organização das Nações Unidas – ONU – constatou que a população das Américas ganhou 16 anos de vida a mais, em média, nos últimos 45 anos.

Dando seguimento aos dados, segundo o mesmo órgão, o número de idosos em 2007 chegou a 17,4 milhões, em relação à 26 milhões em 2017. Comparando os dois dados, pode-se notar que o número cresceu em uma proporção maior que a dos anos anteriores.

Enquanto as sociedades envelhecem, entre os idosos os problemas de saúde desafiam os sistemas de saúde e de seguridade social. As enfermidades não são exclusivas da velhice, nem tampouco estão limitadas à esta população. O envelhecimento está associado a um bom nível de saúde, exceto se houver história de doença. Por conta dos avanços na área da saúde e de tecnologia tem sido possível garantir uma melhor qualidade de vida na velhice. As estratégias de prevenção, ao longo da vida, são mais importantes para resolver os desafios de hoje e, de forma crescente, os de amanhã (MEIRELES et al., 2007; KALACHE, 2008).

Joia, Ruiz e Donalisio (2007) reforçam sobre a longevidade em idosos quando relatam que o aumento geral da sobrevida da população influencia não só em condições de saúde física, mas também em saúde financeira e familiar, que complementam a saúde emocional, por meio do bem-estar geral, ocasionados pelo aumento na satisfação e pela promoção de melhorias sociais.

Outra consequência do avançar da idade é o envelhecimento social, em que o idoso terá que lidar com: a crise de identidade, por haver uma baixa na autoestima e uma desvalorização pessoal; a inversão de papéis; a aposentadoria, que muitas vezes não condiz com a sua realidade e suas necessidades; as diversas perdas, seja do filho, esposa, marido, amigos, financeira, entre outras; a redução nos contatos sociais (FREITAS et al., 2006).

Vale destacar que a situação econômica dos idosos é afetada pela sua perda de contato com a força de trabalho, as suas atividades obsoletas, a desvalorização de seus salários e de suas pensões e a pobreza generalizada da sociedade no mundo. Parte desta população a sofrer esse impacto é constituído pelas mulheres, por viverem mais tempo e em geral com menos recursos financeiros (IBGE, 2008).

O idoso não vivencia somente mudanças socioeconômicas, mas as psicológicas também, as quais dentre elas podem ser destacadas, de acordo com Neri (2008) a dificuldade de encarar novos papéis; a perda na motivação e no planejamento do futuro; o enfrentamento das perdas orgânicas, afetivas e sociais; a dificuldade de se adaptar às novas situações; as modificações de caráter psíquico; a depressão; a hipocondria; a somatização; a paranoia; os suicídios; os níveis baixos de auto-estima e de auto-imagem.

Como já foi citado, o envelhecimento não se trata de um transcurso individual; envolve também fatores coletivos. Além do mais, não é heterogêneo, isto é, que ocorre da mesma forma com todo do grupo. Desta maneira, é necessário um suporte de políticas públicas que auxiliem nesse complexo processo.

Nesse sentido, o envelhecimento da população brasileira é um fenômeno que representa um grande desafio para o país, principalmente na aplicação das políticas públicas que garanta a qualidade de vida do idoso.

2.1.3 Qualidade de Vida no Envelhecimento

Em um país em desenvolvimento, envelhecer é uma tarefa difícil, já que boa parte dos idosos possui uma renda *per capita* muito baixa, gerando em nações como o Brasil inúmeros domicílios multigeracionais, lugares que se tornam mais um espaço de sobrevivência do que uma opção cultural. Os idosos colocados nestes domicílios estão muito mais sujeitos ao isolamento e maior grau de dependência e incapacidade, por conta de uma pior qualidade de vida ao qual eles estão expostos (SOARES; BOGONI, 2008).

Isto posto, nota-se a importância de uma ênfase maior para a velhice, haja vista que esse fenômeno ainda vem regado de muitos preconceitos e rejeição social e laboral. É necessário a renovação de conceitos a respeito dessa fase da vida e assumir, como realidade a ser encarada, que a população acima de 60 anos vem crescendo de forma incontestável. Além disso, deve-se também chamar a atenção do Estado para esse evento; afinal de contas, segundo a Constituição Federal, é responsabilidade da família, da sociedade, mas também do Estado, amparar esse grupo e prover tanto sua dignidade quanto o seu bem-estar (Brasil, 1988, p.149).

É comum que todo o ser humano tenha uma preocupação em relação ao seu envelhecimento. Para Veras (2009) a aspiração de qualquer sociedade é prolongar a vida. No entanto, só pode ser considerada uma conquista quando se agrega qualidade aos anos adicionais de vida. Deste modo, as políticas destinadas aos idosos precisam levar em conta a capacidade funcional, a necessidade de autonomia, de participação, de cuidado, de auto-satisfação, devendo também abrir campo para a atuação em variados contextos sociais e de elaboração de novos significados para a vida na idade avançada. E incentivar, basicamente, a prevenção, o cuidado e a atenção integral à saúde.

Apesar de alguns reconhecerem esse período por um viés positivo, como a fase de maior sabedoria e bom senso, isso não é um consenso. Alguns estigmas desse período

referem-se às perdas, seja das suas funções ou de sua capacidade de exercer certas atividades. Ademais, outro estigma concerne à perda da qualidade de vida.

Por este motivo, é fundamental em um processo de envelhecimento saudável. Este traz elementos importantes, como o baixo risco de doenças e inaptidões funcionais. Estes podem ter ligação com algumas patologias, saúde mental, físico e a vontade de viver (ARAÚJO, et al., 2011).

Desta forma, o envelhecimento ativo deve focar no aspecto de foca em prevenir doenças, além de uma maior participação do idoso em ações que envolvem o indivíduo no seu aspecto social, como as atividades em grupos.

Um envelhecimento com qualidade envolve não só unicamente os fatores físicos, mas também a manutenção de uma vida ativa, que tenha a participação dos indivíduos em atividades produtivas, de afeição com sua família e, também, com a sociedade que faz parte (SILVA; FOSSATI, PORTELLA, 2007).

Conforme Almeida (2013, p. 14), “Estudos recentes demonstram que o declínio nos níveis de atividade física frequente para o idoso, oferece de maneira expressiva a redução da capacidade funcional, como o aparecimento de diversas enfermidades relacionadas a este processo”.

2.2 ASPECTOS GERAIS DA APOSENTADORIA

Além do desafio na questão da saúde nesse momento da vida, o idoso também passa pela aposentadoria. A aposentadoria “foi concebida como uma instituição social, assegurando aos indivíduos renda permanente até a morte, correspondendo a crescente necessidade de segurança individual que marca as sociedades da nossa época” (MENDES, 2005, p. 424).

Conforme Santos (1994, p. 124), a aposentadoria torna-se o ponto de partida para a velhice. Assim, ela assume que tanto o envelhecimento quanto a aposentadoria são fenômenos que se confundem. Uma prova disso refere-se a desvalorização do aposentado pela sociedade, que faz com que o indivíduo desse grupo se considere-se ainda mais velho do que realmente o é (PANOZZO; MONTEIRO, 2013, p. 205).

Entretanto, vale salientar que as atitudes em relação à aposentadoria variam, de acordo com a forma como a aposentadoria é vivida (BEAUVOIR, 1990, p. 327). Diante da posição que o trabalho tem na vida do indivíduo, a aposentadoria pode vir acompanhada de anseios, inseguranças e medos, pois os idosos não foram preparados para aquela nova situação. Mas há aqueles que ficam felizes e satisfeitos por finalizarem mais uma etapa importante da vida e

por terem se dedicado, por anos, ao trabalho, merecendo descanso das atividades rotineiras e desgastantes (ALVARENGA et al., 2009).

Conforme é elucidado por Mendes (2005), é nesse momento que:

O indivíduo se distancia da vida produtiva. Na vida do homem, a aposentadoria muitas vezes acontece como uma descontinuidade. Há uma ruptura com o passado, o homem deve ajustar-se a uma nova condição que lhe traz certas vantagens, como o descanso, lazer, mas também graves desvantagens como desvalorização e desqualificação (MENDES, 2005, p. 425).

A sociedade moderna cobra produtividade para ser ou ter alguma coisa. Apesar da contradição da aposentadoria representar um direito e até mesmo um objetivo conquistado pelo indivíduo, há um outro lado que desvaloriza o sujeito aposentado, que o enxerga como improdutivo, logo, sem utilidade. Nesse sentido, a pessoa idosa sente-se desvalorizada, pela perda da capacidade produtiva em decorrência da aposentadoria e, conseqüentemente, nas suas limitações físicas por problemas de saúde, alimentação e despesas com medicamentos. Sem dúvidas, chegar a velhice é um desafio a ser enfrentado.

Destarte, a aposentadoria pode ser algo negativo na vida do cidadão: desmotivador, trazer um sentimento de inutilidade e falta de contato social. O que pode parecer bom no começo, como o descanso e a liberdade, mas com o passar do tempo, torna-se problemático. Muitas vezes a importância do trabalho para a vida pessoal é algo implícito na vida do cidadão. Mas é ele quem define muitas vezes quem a pessoa é na sociedade e na família.

Isso nos leva a tratar um ponto importante: a identidade desse grupo pois, afinal de contas, a identidade não é uma constante. Torna-se algo construído no decorrer do tempo, dentro de um contexto. Segundo Macêdo e Santos (1988), a ausência da função profissional gera uma crise a nível da identidade (p.245). Percebido isto, Santos (2007) aponta os resultados da aposentadoria na identidade do cidadão como três possibilidades: 1) recusa, 2) sobrevivência e 3) liberdade. Estas podendo variar de acordo com o peso dado pelo próprio cidadão.

O trabalho é uma categoria essencial para o desenvolvimento do ser humano. A maneira como o indivíduo relaciona-se com a sua ocupação gera diferentes significados, que além de serem respeitados, devem ser compreendidos. Partindo disso, pode-se perceber que

há uma infinidade e complexa compreensão que o trabalho tem na vida de um homem que exerce até a mesma função de outro, mas a encara de forma distinta.

Por isso, este estudo julga essencial não encarar tanto o envelhecimento, quanto a aposentadoria, como fenômenos unissêmicos, principalmente porque cada ser tem uma história distinta de outro, que pode ou não exercer a mesma função que a sua.

Um dado preocupante apontado é que os números mostram que um número significativo de aposentados morre no período de dois anos após iniciar essa fase da vida. Outro ponto importante a ser destacado é a importância da família, uma vez que é responsável pela criação de estímulos para o idoso, além de ser um ator primordial para a segurança emocional do indivíduo.

Nesse sentido, o Programa de Preparo para a aposentadoria é algo que auxilia esse grupo, principalmente, em questões psicossociais. Isto é, seu relacionamento com a sua família – que passa a ser diferente a partir do momento que não existe mais a obrigação e a carga horária diária de trabalho – e sua relação com a sociedade. O tempo livre proporciona uma liberdade com a qual o aposentado pode não se sentir preparado.

Diante da complexidade do processo da aposentadoria, num período anterior da perda do vínculo empregatício é importante e essencial que o empregador pense e discuta sobre os principais questionamentos relacionados aos aspectos físicos, emocionais, sociais, legais e financeiros, os quais podem interferir neste momento de pós-carreira, contribuindo para a satisfação do indivíduo durante a aposentadoria e possibilitando novas redescobertas e ressignificados (FRANÇA; SOARES, 2009).

O desafio do trabalhador no contexto organizacional possui responsabilidades diante das demandas de produção que fazem do indivíduo parte integrante da sociedade, que, ao se desligar funcionalmente, podem gerar as perdas referenciais da existência do ser, como consequência da aposentadoria. Ao sair do ambiente social produtivo de longa data vivenciado em local de trabalho, podem ocorrer sentimentos de perdas em pessoas aposentadas que venham a interferir no convívio relacional, reforçado pelas sensações de abandono, solidão, pertença grupal, relação pessoal e como consequência desta exclusão social podem surgir as doenças (ANTUNES; SOARES; SILVA, 2015).

Após a implantação do sistema capitalista no mundo, os modos de produção passaram a ter uma nova conotação, em que a ênfase no consumo ganhou mais espaço, em detrimento da simples sobrevivência do trabalhador. Sendo assim, as transformações no mundo laboral corroborarão com a construção em paralelo de uma nova identidade do trabalhador, em que se

passou a ter uma preocupação maior com os efeitos psicossociais causados pela aposentadoria (ZANELLI, 2000).

A aposentadoria pode ser encarada como uma nova etapa na vida do indivíduo, vista como possibilidades para realizações de sonhos e projetos, assim como as oportunidades de desenvolver outras atividades, por meio dos dons, dos talentos e das novas descobertas que são identificadas. Deste modo, ele vivenciará grandes realizações sob a perspectiva de sua condição social e nível de escolaridade, ou, pelo contrário, ser influenciada pelo seu meio, de forma a não conquistar novas etapas e assim entrar em momentos de crise existencial (ZANELLI, 2000).

Para isso, a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que trata da Política Nacional do Idoso, criou o Conselho Nacional do Idoso, no seu capítulo IV, artigo 10, inciso IV, letra “c”, resguardando seus direitos. Desta forma, esta Lei dispôs as ações referente a área de trabalho e previdência social; criou e estimulou programas de preparação para aposentadoria dos trabalhadores dos setores público e privado, garantindo o afastamento com período previsível de dois anos anterior à aposentadoria (BRASIL, 1994).

No Brasil, as aposentadorias atuais pagas pela Previdência Social aos trabalhadores do setor privado variam de um até no máximo de 10 (dez) salários mínimos, enquanto que no setor público existe legislação própria e com isso esses valores são diferenciados. Neste aspecto, a aposentadoria é um direito conquistado pelo trabalhador depois de muitos anos de labuta, dedicação e esforço.

No entanto, a sociedade é cruel, pois o sujeito passa a maior parte de sua vida dedicada ao trabalho e quando se aposenta é discriminado. O idoso passa a ser visto como uma pessoa improdutiva e inútil. Assim, esse indivíduo, na maioria das vezes, é obrigado a retornar ao trabalho devido ao baixo salário e em decorrência das perdas financeiras no momento da aposentadoria. Com isso, fragiliza suas necessidades básicas de manutenção, gerando um desconforto para ele mesmo e sua família, principalmente quando é o mantenedor da casa. (SOUZA, 2008).

2.2.1 Aposentadoria à luz do Direito

Segundo o TJ de Santa Catarina, a aposentadoria “é o direito conferido ao servidor público ocupante de cargo efetivo de se desvincular das atividades laborais, com a percepção de proventos mensais, após o cumprimento dos requisitos de idade e tempo de serviço exigidos pela Constituição da República Federativa do Brasil”.

Portanto, diz respeito ao afastamento- com remuneração - de seu ofício após efetivar os requisitos estabelecidos pela lei, com o intuito de possibilitar ao cidadão aproveitar os benefícios de uma previdência social e/ou privada.

Carvalho Filho, define a aposentadoria como o direito garantido pela Constituição ao servidor público de perceber determinada remuneração na inatividade, diante da ocorrência de certos fatos jurídicos previamente estabelecidos.

Nesse sentido, a aposentadoria pode acontecer de três formas: 1) compulsória, 2) invalidez e 3) voluntária, conforme no que dispõe o art. 40 da Constituição Federal (CF):

Art.40 . Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;

III- voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Os requisitos de aposentadoria voluntária são analisados de acordo com a situação funcional do servidor, tendo como referência a data de ingresso no serviço público, ou seja, o tempo de serviço.

A Constituição Federal dispõe de dois tipos de regimes previdenciário: Geral e Especial. No que tange ao Regime Especial, os servidores públicos estatutários, titulares de

cargos efetivos, sujeitam-se ao regime de previdência previsto no art. 40 da CF e não ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social), o qual se aplica apenas, subsidiariamente, a esses servidores (quando da inexistência de norma específica para regular determinada situação).

Em contrapartida, o RGPS disciplinado pelos art. 201 e 202 da CF, ampara todos os trabalhadores do setor privado, bem como os agentes públicos ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, função temporária e emprego público:

Art.201. A Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei;

§7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem e sessenta anos de idade se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§8º Os requisitos a que se referem o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

Art.202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

Destaca-se, ainda, a necessidade da consciência e da importância desses direitos para se tornarem realmente eficazes e parte integrante da vida cotidiana do idoso. Não basta, todavia, saber dos direitos, mas estar consciente de seu papel e de sua importância na sociedade, para exigí-los, como também é necessário colocar em prática os seus deveres enquanto cidadão.

2.2.2 Impacto populacional e previdenciário

Com o crescimento da expectativa de vida do brasileiro, a diminuição da taxa de natalidade e, conseqüentemente, a diminuição do número de contribuintes da previdência, o aumento de aposentados dependentes da previdência social, tem sido um dos grandes desafios a ser enfrentado, para garantir os benefícios para essas pessoas e o atendimento nos os serviços básicos de saúde, em virtude dos elevados custos dos tratamentos complexos e de longa duração. Por esta razão, a reforma previdenciária é necessária e urgente, envolvendo todas as classes sociais nas discussões e debates a respeito da temática, por ser de grande relevância (FRANCA, 2009).

Diante do exposto, faz-se necessárias medidas eficazes para garantir os recursos suficientes para pagamento de pensões justas aos aposentados, propiciando maior bem-estar e qualidade de vida à população que está envelhecendo.

2.2.3 Programa de Preparo para aposentadoria nos setores públicos e privados

O programa de preparo para aposentadoria tem a finalidade de transformar e planejar a vida daqueles que estão próximos desta etapa, com o objetivo de criar alternativas de intervenção e propor ações e políticas na área da saúde, buscando uma melhor qualidade de vida para atender as demandas da população que envelhece (PERETTI; STURBA, 2014).

A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que trata da política nacional do idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso, em seu capítulo IV, artigo 10, inciso IV, letra “c”, estabelece, dentre as competências dos órgãos e entidades públicas, na área de trabalho e previdência social, a preparação dos trabalhadores dos setores público e privado, para a aposentadoria, nos seguintes termos:

IV - na área de trabalho e previdência social:

c) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento.

O Estatuto do Idoso -Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, capítulo VI, artigo 28, inciso II, faz referência ao programa a ser criado e com a finalidade pelo preparar e estimular o trabalhador para a aposentadoria, beneficiando-o por meio de novos projetos sociais, segundo os interesses sociais, além de promover o esclarecimento a respeito dos direitos sociais e de cidadania.

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

- I - profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;
- II - preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo aos novos projetos sociais, conforme seus interesses e de esclarecimentos sobre os direitos sociais e de cidadania;
- III - estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

A lei existe, mais precisa efetivamente ser colocada em prática pelas organizações. Que o governo proponha a lei e fiscalize, mas que os gestores sejam participantes deste processo educativo, firmando parcerias essenciais para efetivamente acontecer.

O artigo 28, inciso III estimula a empresa privada na admissão de trabalhadores idosos e não só o treinamento e a capacitação para a preparação para aposentaria, mas dispõe, também, de oportunidades para incentivar a empresa à admissão de pessoas idosas, que possuem mais experiências de vida e profissional.

Portanto o programa de preparo para aposentadoria não só tem a finalidade de preparar o servidor para um recomeço, mas trabalhar as questões relacionadas a saúde, qualidade de vida, aos hábitos, às rotinas, permitindo o aprimoramento de um projeto de vida pessoal e psicossocial.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo metodológico, dentro da abordagem qualitativa e quantitativa. A utilização da primeira deveu-se a capacidade do poder explicativo da metodologia qualitativa em relação ao objeto de estudo, enquanto o segundo método foi selecionado pela necessidade de avaliação e de análise de dados no que concerne às entrevistas realizadas que serviram como argumento no decorrer da pesquisa. Portanto, faz-se imprescindível o uso dessas duas modalidades de pesquisa.

3.2 Cenário do Estudo

Desta maneira, o estudo desenvolveu-se no Tribunal de Justiça da Paraíba situado no Município de João Pessoa/PB, no período de maio a agosto de 2017. Nesse local, a amostra foi definida após um levantamento preliminar com servidores do Tribunal de Justiça em processo de pré-aposentadoria que, espontaneamente, inseriram-se no Programa de Preparação para Aposentadoria no referido órgão. Desta forma, foi selecionada a representatividade de 10% do total de indivíduos deste levantamento, pois, acredita-se que se tornou viável a aplicabilidade do programa de preparação para aposentadoria.

3.3 População e Amostra

Foram incluídos no presente estudo 33 participantes que são servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça e que estão em situação para aposentadoria. Além disso, os que aceitaram participar do estudo em atendimento aos critérios estabelecidos foram obedecidos todos os critérios estabelecidos na Resolução 466/12 – Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (BRASIL, 2012). Em termos normativos, os participantes foram consultados acerca do desejo de participarem ou não, ou seja, tiveram livre arbítrio e assinaram o termo de consentimento livre esclarecido (Apêndice A), permitindo o uso das informações para fins científicos. Isto posto, o critério de exclusão se volta para as pessoas abaixo de 55 anos e que não preencheram os requisitos para aposentadoria.

3.4 Instrumentos e Procedimentos

Em vista disso, o estudo foi dividido em 6 etapas. A primeira consistiu na seleção dos participantes para as rodas de conversas, formando grupos. A segunda referiu-se à aplicação do roteiro com questões semiestruturadas (Apêndice B), com uso do gravador, aos participantes selecionados. Em seguida, analisou-se as informações para propor um guia de orientação preliminar. Consequente, foi realizada a validação da proposta do guia preliminar por meio das rodas de conversas com os participantes dos grupos selecionados para, assim, passar para a quinta etapa: a construção definitiva do guia e por fim, sua confecção e divulgação.

3.5 Análise dos Dados

Para a análise, os dados sociodemográficos foram digitados e codificados em dicionário no *Microsoft Excel 2013 for Windows*, construindo-se o banco de dados, sendo importados para o aplicativo *SPSS (Statistical Package for the Social Science) for Windows*, versão 23.0, calculando-se a frequência simples das variáveis.

O *software* IRaMuTeQ foi empregado a fim de processar os dados empíricos apreendidos, referentes às Representações Sociais a partir dos discursos apreendidos durante as entrevistas.

O referido *software* foi desenvolvido sob a lógica do *open source*, licenciado por GNU GPL (v2), tendo por base o ambiente estatístico do *software* R e a linguagem *python* para realizar distintos tipos de análises textuais: a lexicografia básica (cálculo 23 de frequência de palavras) e as análises multivariadas (Classificação Hierárquica Descendente, Análises de Similitude). Disponibiliza a distribuição do vocabulário de forma fácil, compreensível e visualmente claro (análise de similitude e nuvem de palavras), permitindo-se realizar uma análise estatística sobre *corpus* textual e sobre as tabelas, os indivíduos e as palavras.

Os dados empíricos selecionados formaram um *corpus* com 234 entrevistas. Em seguida o referido *corpus* foi transcrito para o programa *LibreOffice*, onde foi realizada uma limpeza, retirando todas as palavras que fossem repetidas. A partir dessa validação, iniciou-se a criação do *corpus* o qual foi processado pelo *software* de Análise Textual IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*).

Nessa pesquisa foi usada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), com o objetivo de classificar os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, repartindo-o com base na frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas), além de permitir uma análise lexográfica do texto, apontando o surgimento de contextos (classes), categorizadas segundo o vocabulário e os segmentos de textos partilhados.

Os dados obtidos a partir das entrevistas foram submetidos a: a) Técnica da Análise de Conteúdo Temática Categorial, seguindo as seguintes etapas: 1) Pré-Análise: leitura flutuante; escolha dos documentos: constituição do *corpus*; preparação do material; escolha do tipo de análise: ACT (Análise de Conteúdo Temática Categorial); seleção das unidades de contexto: parágrafo; seleção das unidades de registros: temas; recortes; processo categorial *a posteriori*: sub-categorias e categorias; decodificação e *texting* da técnica selecionada; 2) Exploração do Material: administração da técnica sobre o *corpus* (número de entrevistas a serem analisadas), e 3) Tratamento dos Resultados e Interpretações: dimensão estatística; síntese e seleção dos resultados (validação); inferências e interpretação ⁽²⁶⁾.

A análise de conteúdo teve como objetivo de compreender o sentido das comunicações e suas significações explícitas e/ou ocultas. Seu procedimento visou obter a sistematização e descrição do conteúdo das mensagens que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas), interpretados quantitativamente por meio da análise das frequências e percentuais.

3.6 Aspectos Éticos

O presente estudo está inserido no projeto intitulado “POLÍTICAS, PRÁTICAS E TECNOLOGIAS INOVADORAS PARA O CUIDADO NA ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA IDOSA”, apreciado pelo Colegiado do Programa de Mestrado Profissional em Gerontologia, submetido à avaliação do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e aprovado sob. O n°; 2.190.153 de 27 de julho, CAAE; 67103917.6.0000.5188. (Anexo A). Ressaltem-se os aspectos da pesquisa envolvendo seres humanos, preconizada pela Resolução n° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS-BRASIL, 2013). Os participantes foram devidamente esclarecidos sobre os objetivos e a natureza do estudo, e sua inclusão dependeu da aceitação e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). Todas as informações obtidas foram processadas de maneira sigilosa, para preservar as suas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ARTIGO 1

PROGRAMA PARA SERVIDORES EM SITUAÇÃO DE APOSENTADORIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria dos Remédios Gonçalves dos Santos

RESUMO

Com o aumento do número de idosos na sociedade, percebe-se que o envelhecimento populacional é um fenômeno que ocorre mundialmente. Com isso, deve ser direcionada uma atenção maior para as implicações desse grupo de pessoas, no caso específico deste estudo, os aposentados. Desta forma, o objetivo do presente trabalho foi investigar as últimas tendências em pesquisas científicas acerca de programas para servidores em situação de aposentadoria, em artigos publicados. Para isso, tratou-se de uma pesquisa de revisão integrativa de literatura, através de uma busca ativa nos bancos de dados da Biblioteca Virtual da Saúde/BVS, no período de 2012 a 2016, por artigos publicados em periódicos nacionais. Foram selecionados 23 artigos, dos quais, 06 foram analisados. Os descritores utilizados durante o levantamento dos dados foram: <<*aposentadoria, educação continuada; idoso, programa de intervenção; servidores, qualidade de vida*>>, associados entre si por meio do operador *booleano* AND. Como critérios de inclusão, adotaram-se publicações que retrataram programas de preparação para aposentadoria. O estudo demonstrou que apesar da aptidão de se aposentar, a maioria não tinha um planejamento para tal processo. Ademais, mais da metade demonstrou o desejo de protelar a aposentadoria, desta maneira, estendendo o tempo dentro do trabalho. Por isso, as pesquisas demonstraram a importância de oportunizar a construção de um novo projeto de vida em pessoas que iniciam mais uma etapa em suas vidas. Os resultados apontam a necessidade de promover programas de preparação para aposentadoria, fortalecendo as ações educativas e a orientação para pós-carreira.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, estudos vêm apresentando o crescente aumento de idosos na população total vigente, tanto em países desenvolvidos, quanto naqueles em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. A população brasileira está envelhecendo e o número de aposentados crescendo assustadoramente. Por conseguinte, existe uma preocupação nos campos da Geriatria e da Gerontologia em intensificar estudos voltados para esse grupo de pessoas, no sentido de proporcionar um envelhecimento melhor, qualificando os anos acrescidos. ⁽¹⁻²⁾

Pesquisa aponta uma significativa mudança na pirâmide demográfica em virtude do aumento da expectativa de vida populacional. O envelhecimento da população gera um grande desafio na qualidade de vida visto que, à medida que as pessoas envelhecem, ocorre um aumento considerável de aposentados, gerando assim uma possível ameaça na manutenção das pensões públicas, apesar das avançadas projeções econômicas. ⁽³⁾

O trabalho dignifica e valoriza o homem, pois, através dele, proporciona ao indivíduo a percepção de si mesmo, possibilitando seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social, adquirindo mais experiência e fortalecimento nos relacionamentos interpessoais. O mesmo

caracteriza-se por ser dinâmico e permeado por diferentes significados, assume propriedades e sofre transformações de acordo com as questões próprias de cada época. Atualmente, uma das mais importantes transformações em relação ao trabalho está relacionada ao aumento da expectativa de vida e, conseqüentemente, maior permanência no mercado de trabalho, além de o aumento do tempo que as pessoas vivem dependentes da aposentadoria. ⁽²⁻⁴⁾

A presença ou ausência do trabalho na vida do homem repercute nas relações sociais e econômicas do meio ambiente no qual está inserido, podendo desencadear efeitos negativos ou positivos. Por um lado, existem pessoas inseridas nas organizações que usam o trabalho de forma negativa, encarando-o como fonte de sobrevivência, sofrimento, obrigação e sem nenhuma motivação. Esse tipo de pessoa está propícia a desenvolver doenças psicossomáticas por não ter prazer no que faz. Por outro lado, o trabalho pode ser visto de forma positiva, por ser responsável pelo processo de humanização visto que condiciona a emancipação do homem e a transformação do mundo. ⁽⁴⁾

A aposentadoria é um dos marcos do envelhecimento que traz em si grande ambigüidade entre a segurança e o risco. As pessoas criam sonhos, e, ao aposentarem, rompem essa visão de futuro. Depende muito da maneira como se relacionaram com o trabalho ao longo da sua vida e da relação que estabeleceram com o tempo livre, mediante atividades de lazer e projetos de vida. ⁽⁵⁾

O momento previsto da tomada de decisão em solicitar a aposentadoria deve ser encarado como um processo natural cronológico e de direito do cidadão ⁽³⁻⁴⁾. Geralmente, essa tomada de decisão para efetivação ou não da aposentadoria ocorre concomitantemente ao fenômeno das transformações ocorridas no envelhecimento.

Por isso, para alcançar uma experiência positiva no momento da aposentadoria, a Política Nacional da Pessoa Idosa defende a criação de programas que visem potencializar a qualidade de vida, a autonomia física e financeira, a manutenção de atividade funcional e o bem-estar físico, social e mental do idoso.

Salienta-se a importância dos programas de preparação para o planejamento da aposentadoria na promoção à saúde, pois a mudança significativamente brusca da realidade nas atividades profissionais pode gerar conflitos externos e internos a quem alcança esta etapa da vida. Desta forma, esses programas constituem iniciativas pertinentes que podem abrir horizontes e novas perspectivas por vezes ainda não despertadas ao conhecimento de indivíduos que estão se encaminhando à aposentadoria. ⁽⁶⁾

Portanto, o objetivo do presente estudo foi conhecer as últimas tendências em pesquisas científicas acerca de programas para servidores em situação de aposentadoria, em artigos publicados no período de 2012 a 2016.

MÉTODO

Trata-se de revisão integrativa com análise quantitativa dos dados, considerando as produções veiculadas sobre programas de preparação para aposentadoria no período de 2012 a 2016, colhidas temporalmente entre os meses de abril e maio de 2017.

Para compor a amostra, foram selecionados os artigos disponíveis em periódicos nacionais publicadas na biblioteca virtual/repositório *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e na base Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), referenciada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Realizou-se o cruzamento dos descritores em Ciências da Saúde “aposentadoria” e “programas”; “aposentadoria” e “programas de desenvolvimento”.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão as publicações que apresentassem programas de preparação para aposentadoria, sendo excluídos os artigos de revisão, relatos de experiência, dissertações, teses, resenhas, cartas e editoriais.

Foram encontrados sete artigos na biblioteca *SCIELO* e 16 artigos na base de dados LILACS, totalizando 23 artigos. Desses, foram excluídos cinco artigos comuns às duas bases, restando 18. Aplicou-se os critérios de inclusão e exclusão para a seleção da amostra, resultando em 6 artigos para a efetivação deste estudo.

A Figura 1 ilustra, por meio de um fluxograma, o método empregado para a busca e o rastreio das publicações presentes na literatura, permitindo a seleção para análise *a posteriori* do presente estudo.

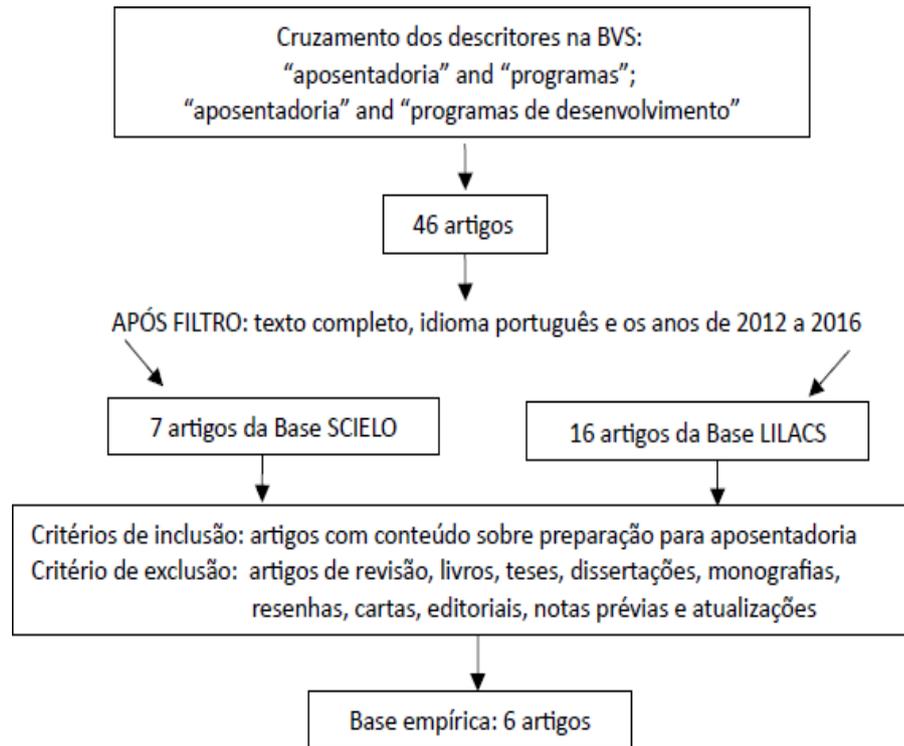


Figura 1 - Fluxograma do método empregado para identificar artigos científicos acerca de programas para servidores em situação de aposentadoria, publicados entre 2012 a 2016.

O instrumento para coleta dos dados resgatava as seguintes informações: ano de publicação, autores, periódico, objetivo, amostra, instrumento para coleta dos dados, tipo de análise dos dados e conclusão.

O tratamento dos dados ocorreu por meio de estatística descritiva utilizando o programa *Microsoft Office Excel*® 2010 para organização dos dados e obtenção das frequências simples. A apresentação dos dados deu-se por meio de tabelas, estes analisados e discutidos com base na literatura pertinente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo, analisando-se os 6 artigos selecionados, observa-se que o biênio 2013-2014 foi o período de maior discussão e reflexão acerca da temática, embora haja escassez de produções científicas que abordem o processo de aposentadoria. Isso demonstra o hiato entre as demandas psicossociais advindas com o processo de envelhecimento e as

temáticas abordadas em pesquisa na área de Gerontologia. A Tabela 1, a seguir, aponta os resultados encontrados considerando autor, ano e periódico de publicação, quantitativo de população estudada e objetivo de cada artigo.

Tabela 1. Caracterização dos artigos científicos acerca de programas para servidores em situação de aposentadoria, selecionados, de acordo com o ano, a amostra e o objetivo, publicados entre 2007 a 2016. (n=6)

AUTOR	ANO	PERIÓDICO	AMOSTRA	FAIXA ETÁRIA	OBJETIVO
Marangoni; Mangabeira ⁽⁶⁾	2014	Rev Bras Med Trab	25	50 a 59 anos	Apresentar o Programa de Preparação para o Período Pós-carreira do Governo do Distrito Federal.
Murta <i>et al.</i> ⁽⁷⁾	2014	Psicologia: Reflexão e Crítica	13	50 a 60 anos	Descrever o processo de implementação e avaliação do Programa “Viva Mais!” de uma Universidade pública brasileira.
Bressan <i>et al.</i> ⁽²⁾	2013	Rev. Bras. Geriatr. Gerontol	33	55 a 60 anos	Analisar como os trabalhadores percebem o processo de aposentadoria e quais aspectos podem interferir para o seu bem-estar.
França <i>et al.</i> ⁽⁴⁾	2013	Rev Bras Orient Profis	41	22 a 60 anos	Investigar a viabilidade de um modelo de intervenção breve aplicado à preparação para a aposentadoria.
França; Menezes; Siqueira ⁽⁵⁾	2012	Rev. Bras. Geriatr. Gerontol	6	54 a 65 anos	Investigar o planejamento para a aposentadoria dos garis e os aspectos priorizados para seu bem-estar nessa transição.
França; Carneiro ⁽³⁾	2009	Rev. Bras. Geriatr. Gerontol	121	45 anos	Analisar os aspectos de Programa de Preparação para a Aposentadoria e validar a escala KFRP um grupo de trabalhadores de cargos não-gerenciais.
TOTAL			239		

Esse fato pode causar estranheza, já que segundo dados do IBGE, o número de pessoas que se encaixam na classificação de idoso aumentou significativamente. Enquanto em 1991, o número de pessoas com mais de 60 anos era de 10.722.705, em 2000 esse número alcançou a marca de 14.536.029. Representa um crescimento de aproximadamente 4 milhões em 9 anos. Segundo o mesmo órgão, o número de idosos em 2007 chegou a 17,4 milhões, em relação aos 26 milhões em 2017. Comparando os dois dados, pode-se notar que o número cresceu em uma proporção maior que a dos anos anteriores.

Nesse sentido, o envelhecimento da população brasileira é um fenômeno que representa um grande desafio para o país, principalmente na aplicação das políticas públicas

que garantam a qualidade de vida do idoso. Então, mais estudos sobre trabalhadores que estão aptos a aposentar deveriam ser realizados.

Envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e, conseqüentemente, mudanças físicas, psicológicas e sociais que ocorrem de forma particular em cada indivíduo. É uma fase em que o idoso conclui que alcançou muitos objetivos, mas também sofreu muitas perdas, na qual a saúde destaca-se como um dos aspectos mais afetados. O descaso com o idoso no âmbito da saúde é identificado, com o atendimento precário no serviço de atendimento público, enfrentando filas de hospitais, falta de medicamento, poucos médicos geriatras, ausência de um tratamento diferenciado e apoio necessário à sua saúde.

Nesta perspectiva, considera-se o programa de preparo para aposentadoria um instrumento necessário nesta fase transitória da vida. Realizada de forma consciente e almejada para aqueles que têm resistência à aceitação desta etapa, o programa tem como objetivo oferecer um apoio para se pensar a vida após o desligamento do trabalho⁽¹⁰⁾.

Por fim, os programas de preparo para a aposentadoria fomentam a ruptura do paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade. Assim, promove o estímulo para que os servidores olhem para o futuro positivamente como uma continuidade natural da vida e não de finitude⁽¹¹⁾.

Em relação aos seis artigos selecionados nesta Revisão Integrativa, verificou-se que a abordagem de pesquisa mais aplicada entre eles é a mista, ou seja, quantitativa e qualitativa. No que tange ao tipo de instrumento utilizado na amostra selecionada, encontrou-se que 67% (n=4) foram questionários e 33% (n=2) foram entrevistas, sendo que três artigos (50%) apresentaram intervenção com escalas, como a “Escala de mudança em comportamentos de preparação para aposentadoria (EMCPA)” e a “Escala de fatores-chave para o planejamento da aposentadoria (KFRP – *Key Factors on Retirement Planning*)”, conforme apresentado pela Tabela 2.

Tabela 2 - Definição das abordagens de pesquisa e instrumentos utilizados nos artigos científicos acerca de programas para servidores em situação de aposentadoria, publicados entre 2012 a 2016. (n=6)

AUTOR	ABORDAGEM DE PESQUISA	INSTRUMENTOS UTILIZADOS
Marangoni; Mangabeira ⁽⁶⁾	Quantitativa	Questionário com questões fechadas

Murta <i>et al.</i> ⁽⁷⁾	Mista	Entrevistas com questões fechadas e abertas
Bressan <i>et al.</i> ⁽²⁾	Qualitativa	Entrevistas com questões abertas
França <i>et al.</i> ⁽⁴⁾	Mista	Entrevistas com questões fechadas e abertas
França; Menezes; Siqueira ⁽⁵⁾	Mista	Entrevistas com questões fechadas e abertas
França; Carneiro ⁽³⁾	Quantitativa	Questionário e Escalas

Os dados conclusivos evidenciados em um dos estudos selecionados revelam que, embora a maioria dos participantes (84%) esteja apta a se aposentar imediatamente, não havia um planejamento para este processo. Além disso, mais da metade (56%) pretendia solicitar abono de permanência, protelando a efetivação da aposentadoria, o que significa que esses ficarão por mais tempo na organização de trabalho⁽⁶⁾.

Diferentemente da proposta do artigo direcionado ao que se volta para o público que ainda entrará no processo de aposentadoria⁽⁶⁾, um estudo publicado em 2014 se voltou-se para uma amostra que já passou pelo processo de aposentadoria⁽⁷⁾. Dessa forma, obteve conclusões, algumas similares e outras distintas sobre o processo de aposentadoria.

Foi aplicado o programa de preparação “Viva Mais!” para aposentadoria em servidores de uma universidade pública brasileira e foi verificado verificaram que 75% dos aposentados tiveram uma experiência negativa com o processo de aposentadoria, expressando sentimentos de incapacidade de desenvolvimento, comportamento saudosista, falta de planejamento e dúvidas quanto ao processo de aposentadoria. Os 25% que relataram sentimentos positivos, indicaram engajamento na preparação para aposentadoria, planejando novas negociações e atividades⁽⁷⁾.

Pode-se notar que ambos os artigos dialogam entre si. O primeiro artigo texto nota que uma parcela dos entrevistados deseja informações financeiras (11,90%) e esperam ações educativas de empreendedorismo (10,71%). Isso é visto como um fator essencial para que o número de pessoas que teve uma experiência positiva no processo de aposentadoria, apesar de não ser maioria, fosse pelo menos ¼ dos entrevistados nas conclusões. Por exemplo, nesse público foram adotadas estratégias de enfrentamento como o fomento da compra de um imóvel e o encorajamento na execução de serviços particulares, além de cursos de capacitação, redirecionamento para uma nova carreira, medidas de prevenção ao alcoolismo e orientação jurídica⁽⁶⁻⁷⁾.

Em outro estudo, os autores analisaram as percepções de docentes e técnicos administrativos em uma universidade brasileira e encontraram que os fatores essenciais para o bem-estar na aposentadoria foram saúde e tranquilidade financeira que estão ligados à dimensão fatores de risco e sobrevivência. Os fatores considerados positivos em relação ao bem-estar foram educação, relacionamento familiar, saúde e envolvimento em atividades culturais e de lazer.

Em oposição, os mesmos autores elencaram a perda das perspectivas de trabalho na aposentadoria, da segurança financeira e da falta de conhecimento prévio do processo de aposentadoria como fatores negativos⁽²⁾. Estudos análogos alegam que os que tiveram uma experiência negativa tinham dúvidas em relação ao processo (75% dos entrevistados) que juntos predizem dificuldades na transição⁽⁶⁻⁷⁾.

Assim, acrescentam a importância da presença familiar durante a aposentadoria. Além disso, ressalta que a continuidade educacional é fator imprescindível para que haja uma melhor oportunidade para os trabalhadores mais velhos, além de aumentar a participação social do indivíduo, abrangendo não só o bem-estar financeiro, mas também pessoal^(2,6,7).

Por sua vez, um estudo publicado em 2013 trata das pessoas que fizeram uma intervenção breve para indivíduos em preparação para aposentadoria e demonstraram que a intervenção foi percebida como propícia à vivência de emoções positivas e aquisição de novos conhecimentos. Os resultados obtidos demonstram que essas iniciativas são essenciais para que a experiência com o processo de aposentadoria seja positiva. Dado este que conversa com os 25% do trabalho de Murta que tiveram uma experiência positiva na aposentadoria, visto que tiveram um suporte antes de tal processo⁽⁴⁾.

Já no artigo “Programas de preparação para a aposentadoria: um estudo com trabalhadores mais velhos em Resende/RJ”, a amostra não é composta por servidores públicos, trazendo resultados distintos dos já artigos supracitados. Os autores defenderam que as dimensões encontradas na escala dos fatores-chave para o planejamento para a aposentadoria sugerem que os programas devem contemplar quatro dimensões: relacionamentos familiares, fatores de risco ou de sobrevivência, fatores de bem-estar pessoal e social e o novo começo profissional⁽³⁾.

Vale sublinhar que os dados da amostra com servidores públicos e os com trabalhadores com cargos não gerenciais se diferem. Apesar de mais da metade se declarar preocupada com a situação financeira, cerca 43% dos participantes pensam que a vida seria muito melhor na aposentadoria, opondo-se aos servidores públicos, dos quais 56% dos

entrevistados pretendem pedir abono de permanência, ou seja, protelando a aposentadoria^(3,6). Uma possível explicação deve-se a natureza distinta dos trabalhos pesquisados.

Enquanto os servidores públicos, quando se aposentam, tem uma fatia de seus salários retirados, os que exercem cargos não gerenciais, não possuem esta característica.

De forma mais específica, ao entrevistarem garis em processo de aposentadoria, autores afirmam que o relacionamento familiar possui maior relevância sobre a questão financeira do trabalho, entre os participantes. Assim, a família tornou-se o principal preditor de bem-estar durante o processo de aposentadoria, na percepção de garis, seguido da promoção da saúde por estar diretamente relacionada às condições de trabalho, envolvendo questões como os riscos biológicos e a violência em algumas comunidades⁽⁵⁾.

Devido à posição que o trabalho tem na vida do indivíduo, a aposentadoria pode vir acompanhada de anseios, inseguranças e medos, pois os idosos não foram preparados para aquela nova situação. Mas há aqueles que ficam felizes e satisfeitos por finalizarem mais uma etapa importante da vida, e por terem se dedicado por anos, merecem descanso das atividades rotineiras e desgastantes⁽¹³⁾.

Diante da complexidade desse processo, num período anterior à perda do vínculo empregatício, é importante e essencial que o empregador pense e discuta sobre os principais questionamentos relacionados aos aspectos físicos, emocionais, sociais, legais e financeiros, os quais podem interferir neste momento de pós-carreira, contribuindo para a satisfação do indivíduo durante a aposentadoria e possibilitando novas redescobertas e ressignificados⁽¹⁴⁾. Os resultados apontam a necessidade de promover programas de preparação para aposentadoria, fortalecendo as ações educativas e a orientação para pós-carreira.

Durante a realização do presente estudo, foram identificadas algumas dificuldades e fragilidades em relação ao tema tratado, destacando a carência de literatura referente ao tema, bem como de modelos assistenciais aos servidores em situação de aposentadoria, uma vez que poucos programas encontram-se efetivamente funcionais tanto no setor público, quanto no privado.

CONCLUSÃO

As últimas tendências em pesquisas científicas acerca de programas para servidores em situação de aposentadoria, em artigos publicados no período de 2007 a 2016, apontaram para a necessidade de promover programas de preparação para aposentadoria, fortalecendo as ações educativas e a orientação para pós-carreira. As pesquisas demonstraram a importância

de oportunizar a construção de um novo projeto de vida em pessoas que iniciam mais uma etapa de suas vidas com o processo da aposentadoria.

Tais achados promovem a maior visibilidade da importância dos programas para servidores em situação de aposentadoria, por meio de informações referentes ao processo, direcionando-os a planejarem-se tanto financeiramente quanto pessoalmente, dado que ambas as áreas estão intrinsecamente ligadas ao seu bem-estar psicossocial.

REFERÊNCIAS

1. Assis M, Steenhagen CHVA, Pacheco LC, Tavares EL, Menezes MFG, Santos DM, Bernardo MHJ. [Ações educativas em promoção da saúde no envelhecimento: a experiência do núcleo de atenção ao idoso da UNATI/UERJ]. *O Mund Saúd.* 2007;31(3): 438-47.
2. Bressan MALC, Mafra SCT, França LHFP, Melo MSS, Loretto MDS. Bem-estar na aposentadoria: o que isto significa para os servidores públicos federais? *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* 2013;16(2): 259-72.
3. França LHFP, Carneiro V. Programas de preparação para a aposentadoria: um estudo com trabalhadores mais velhos em Resende/RJ. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* 2009;12(3): 429-47.
4. França CL, Murta SG, Negreiros JL, Pedralho M, Carvalhedo R. Intervenção Breve na Preparação para Aposentadoria. *Rev Bras Orient Profis,* 2013;14(1): 99-110.
5. França LHFP, Menezes GS, Siqueira AR. Planejamento para aposentadoria: a visão dos garis. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* 2012;15(4): 733-745.
6. Marangoni JFC, Mangabeira JA. Política integrada de atenção à saúde do servidor público do Distrito Federal: o programa de preparação para o período pós-carreira. *Rev. Bras. Med. Trab.* 2014;12(1): 8-15.
7. Murta SG, Abreu S, França CL, Pedralho M, Seidl J, Lira NPM, Carvalhedo RKM, Conceição AC, Gunther IA. Preparação para a Aposentadoria: Implantação e Avaliação do Programa Viva Mais. *Psicologia: Reflexão e Crítica.* 2014;27(1): 1-9.
8. Cesar JA. Perfil dos idosos residentes em dois municípios pobres das regiões Norte e Nordeste do Brasil: resultados de estudo transversal de base populacional. *Cad. Saúde Pública.* 2008;24(8): 227-42.
9. Antunes MH, Soares DHP, Silva N. Orientação para aposentadoria nas organizações: histórico, gestão de pessoas e indicadores para uma possível associação com a gestão do conhecimento. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento.* 2015;5(1): 43-63, jan./jun. 2015.

10. Souza AJS. Criação e implantação do Programa de Preparo para Aposentadoria dos Servidores do TJRO, 2008. [Dissertação]. Escola de Direito, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.
11. ZANELLI, J. C. Programa de Preparação para Aposentadoria como um processo de intervenção ao final de uma carreira. *Revista de Ciências Humanas*. 2000;Edição Esp. Temática: 157-176.
12. Soares DHP, Bogoni A. Projetos de futuro na aposentadoria: uma discussão fundamentada pela orientação profissional em Psicologia. *Revista de Psicología y Ciencias Afines*. 2008;5(2): 207-23.
13. Alvarenga LN. Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. **Rev. Esc. Enferm. USP**. 2009;43(4): 173-92.
14. Franca LHFP, Soares DHP. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psico. Cienc. Prof.** 2009;29(4):78-94.

4.2 ARTIGO 2:

PROGRAMA DE PREPARO PARA APOSENTADORIA PARA SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Maria dos Remédios Gonçalves dos Santos

RESUMO

O envelhecimento populacional brasileiro vem levantando diversos desafios para a sociedade e para o Estado. Como uma parcela maior desse grupo é composta por aposentados, é necessário dar atenção para esse processo, visto que ele ocorre em uma fase tão importante da vida do cidadão. Partindo dessa consciência de lidar melhor com o processo de envelhecimento desse grupo, o objetivo desse artigo foi analisar a significação dos programas de preparação para aposentadoria na voz de servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Para tanto, tratou-se de um estudo metodológico, dentro da abordagem qualitativa e quantitativa. Logo, foi utilizado como instrumento o IRaMuTeQ e o SPSS. Consistiu na seleção dos participantes para as rodas de conversas e formação de grupos. Em seguida, houve a aplicação do roteiro com questões semiestruturadas, para assim analisar os dados e propor um guia de orientação preliminar. Portanto, a pesquisa aponta a ausência de uma maior orientação no processo de aposentadoria no TJ da Paraíba, assim, demonstrando a importância de um guia de orientações, bem como de palestras informativas acerca do processo de aposentadoria.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem atravessado, nos últimos 30 anos, um profundo e complexo espectro de modificações sociais, culturais, políticas, demográficas e epidemiológicas, a uma velocidade extremamente acelerada e incompatível, por vezes, à capacidade de adequação de sua população. Dentre essas mudanças, observa-se o progressivo recuo do crescimento populacional, como consequência da interação entre o decréscimo da fecundidade e a redução da mortalidade em fases iniciais do ciclo de vida. Assim, torna-se real o crescimento, em todas as camadas e segmentos sociais, do número de pessoas com mais de 60 anos, seguindo a vertente mundial do fenômeno conhecido como envelhecimento populacional¹.

Devido ao acentuado envelhecimento da população, isto é, do número de indivíduos acima de 60 anos no Brasil estar crescendo significativamente, tal temática destaca-se por induzir um espectro considerável de reflexões coletivas em face as questões sociais relacionadas à passagem do tempo. E, especificamente no ramo acadêmico, chama a atenção para que aconteça não só a análise, mas também a problematização e a proposição de novas maneiras de entender o envelhecimento².

O idoso passa por diversas dificuldades em seu cotidiano, tendo que lidar com preconceitos em relação ao processo de envelhecimento. Ademais, a aposentadoria, apesar de ser uma conquista na vida de qualquer cidadão, pode ser encarada de forma negativa como o momento de afastamento de seu trabalho, este, de grande importância no decorrer de sua construção de identidade individual e social.

A dificuldade do idoso aposentado tem fundamentação histórica e cultural, dado que algum tempo atrás, o aposentado não precisava continuar a trabalhar, uma vez que sua renda era suficiente para seu sustento, diferentemente do que ocorre atualmente. O idoso, além do preconceito por ser idoso, também o sofre por estar aposentado³.

Ademais, o aposentado sente dificuldades de desvincular-se de seu trabalho, afinal de contas, seu ofício laboral tem função de regular a ordenação de suas atividades. Toda a organização de afazeres, lazer e relacionamentos são determinadas de acordo com as exigências de seu trabalho. Além disso, para o homem, o trabalho representa a própria vida, ainda mais em uma sociedade capitalista em que sem trabalho ele é considerado improdutivo, sendo excluído socialmente³.

É importante que o indivíduo tenha noção sobre a sua função social, bem como os direitos por lei. A orientação é uma ferramenta que deve ser utilizada para esclarecer tanto os seus direitos quanto deveres. Dessa forma, a informação e todos os debates que abarcam o trabalho, o envelhecimento e a aposentadoria são fundamentais para que esse momento seja vivido da melhor forma. É baseado nesse pressuposto que o presente estudo desenvolveu-se.

Entende-se que o programa de preparo para a aposentadoria tem uma função relevante que inicia algum tempo antes da aposentadoria em si, fornecendo orientação para cada tipo de caso, a fim de transformar e planejar a vida daqueles que estão próximos a enfrentar um recomeço de vida. Logo, um indivíduo que tem as informações necessárias para a aposentadoria o faz de forma coordenada e planeja-se - financeira, social, familiar e individualmente - em relação ao período pós-trabalho.

Assim, o presente estudo teve por objetivo analisar a significação dos programas de preparação para aposentadoria na voz de servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

MÉTODO

Trata-se de um estudo metodológico, com abordagem qualitativa e quantitativa. O cenário de estudo foi o Tribunal de Justiça da Paraíba situado no Município de João Pessoa/PB. Nesse sentido, a amostra foi definida após um levantamento preliminar com servidores do Tribunal de Justiça em processo de pré-aposentadoria que, espontaneamente, inseriram-se no Programa de Preparação para Aposentadoria no referido órgão. Foi selecionada a representatividade de 10% do total de indivíduos deste levantamento, pois,

acredita-se que se tornou viável a aplicabilidade do programa de preparação para aposentadoria, totalizando 33 entrevistas.

Em relação a população e a amostra, foram incluídos no presente estudo os participantes que são servidores que estão em situação para aposentadoria e servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Além disso, os que aceitaram participar do estudo em atendimento aos critérios estabelecidos na Resolução 466/12 – Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa⁴, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, permitindo o uso das informações para fins científicos. Isto posto, o critério de exclusão voltou-se para as pessoas abaixo de 55 anos e que não preencheram os requisitos para aposentadoria.

O processo para coleta de dados deu-se em 6 etapas no período de abril a setembro de 2017. A primeira delas consistiu na seleção dos participantes para as rodas de conversas, formando grupos. A segunda referiu-se à aplicação do roteiro com questões semiestruturadas, com uso do gravador, aos participantes selecionados. Em seguida, analisou-se as informações para propor um guia de orientação preliminar. Consequente, foi realizada a validação da proposta do guia preliminar por meio das rodas de conversas com os participantes dos grupos selecionados.

Para a análise dos dados sociodemográficos, esses foram digitados e codificados em dicionário no *Microsoft Excel 2013 for Windows*, construindo-se o banco de dados, sendo importados para o aplicativo *SPSS (Statistical Package for the Social Science) for Windows*, versão 23.0⁵.

O *Software IRaMuTeQ* foi empregado a fim de processar os dados empíricos, referentes às Representações Sociais a partir dos discursos apreendidos durante as entrevistas. Utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo Temática, com objetivo de compreender o sentido das comunicações e suas significações explícitas e/ou ocultas. Seu procedimento visou obter a sistematização e descrição do conteúdo das mensagens que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas), interpretados quantitativamente por meio da análise das frequências e percentuais⁶.

RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta as características sociodemográficas dos participantes da pesquisa. Observa-se a predominância do sexo feminino entre os entrevistados que estão em processo de aposentadoria, com idades que variam entre 60 a 69 anos, tendo uma média de

58,8 anos. A faixa etária dos participantes mostra-se compatível com a correspondente à idade base referida pela Emenda Constitucional 47/2005, que garante proventos integrais respectivamente para os sexos masculino e feminino, 60 e 55 anos de idade e 30 e 35 de serviço.

O perfil dos respondentes ainda revela que são casados e principais provedores do lar, independente do sexo e dos níveis e cargos ocupados. Em relação à escolaridade, observa-se que há uma relação de continuidade entre a formação exigida e o mecanismo para ingresso no cargo, por meio de concurso público. Tal relação aprofunda-se à medida que a exigência de escolaridade avançada culmina com aumentos nos proventos e ascensão ocupacional por parte dos servidores.

Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, Brasil. (n=33)

VARIÁVEIS INDEPENDENTES		N (%)
SEXO	Masculino	06 (18,2)
	Feminino	23 (69,7)
FAIXA ETÁRIA (em anos)	50 - 59	21 (63,3)
	60 - 69	12 (36,4)
ESTADO CIVIL	Casado	20 (60,6)
	Solteiro	03 (9,1)
	Divorciado/desquitado	09 (27,3)
	Viúvo	01 (3,0)
ESCOLARIDADE (ensino)	Fundamental incompleto	01 (3,0)
	Fundamental completo	02 (6,1)
	Médio completo	07 (21,2)
	Superior incompleto	02 (6,1)
	Superior completo	21 (63,6)
CARGO OCUPACIONAL	Oficial de justiça	01 (3,0)
	Auxiliar judiciário	05 (15,1)
	Técnico judiciário	16 (48,5)
	Analista judiciário	11 (33,3)
TEMPO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL (em anos)	25 a 29	05 (15,1)
	30 a 34	17 (51,5)
	35 a 39	08 (24,2)
	Acima de 40	03 (9,1)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A SOMA DOS MASCULINOS E FEMININOS NÃO RESULTA EM 33 E SIM EM 29.

Em relação às discussões de sexo nas sociedades contemporâneas, os resultados do presente estudo corroboram com os dados do da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego⁷, a participação da mulher no mercado de trabalho tem

sido crescente nos últimos anos. Os registros da RAIS revelam que existiam 18,3 milhões de postos de trabalho direcionados às mulheres e em 2011 esse estoque alcançou 19,4 milhões, um crescimento de 5,93%.

A partir da década de 1970 a participação feminina no mercado de trabalho abrangeu diferentes camadas sociais, parte fruto das conquistas políticas dos movimentos feministas, a luta pelos direitos da mulher e sua autonomia na esfera pública, contribuindo, significativamente, para as mudanças de comportamentos e de valores sociais e auxiliando na construção de uma nova representação da mulher trabalhadora⁸.

Tal cenário é reforçado pela progressiva queda da taxa de fecundidade e o aumento no nível de escolaridade feminina. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a proporção de homens e mulheres com dez anos de estudos era de 51,6% para as mulheres e de 48,4% para os homens².

Quando inquiridos sobre as condições de saúde, 60,6% (n=20) dos entrevistados relataram não possuir queixas ou problemas crônicos de saúde; no entanto, patologias como Hipertensão Arterial Sistêmica (n=6), Diabetes Mellitus (n=2) e Hipotireoidismo (n=2), além de Gota Úrica (n=1), alterações de Ferritina (n=1) e Asma Brônquica (n=1) foram relatadas pelos participantes que referiram possuir doenças prévias ao processo de aposentadoria. A maior parte não possuía como hábitos cotidianos o tabagismo (93,9%) nem o etilismo (81,8%).

Embora tenham conhecimento sobre as diretrizes gerais do processo de aposentadoria, 94% dos entrevistados referiram nunca ter participado de palestras ou programas de preparo para a aposentadoria, transparecendo a ausência de discussão e de planejamento para essa fase inerente à caminhada laboral⁹.

Esse resultado reforça ainda mais a ideologia da velhice, que se mostra encarcerada à uma esfera meramente biológica, definida como um momento inexorável e natural do ciclo de vida, padronizando a todos que ultrapassam a barreira etária dos 60 anos. Esse cenário é edificado, principalmente, nas sociedades ocidentais e capitalistas, que exploram a força e as relações de trabalho e, dessa forma, depreciam a construção biográfica e laboral do trabalhador¹⁰.

Assim, a longevidade representa um grande desafio para as organizações públicas e privadas ligadas ao trabalho, uma vez que há padrões diferenciados de saída e de reentrada no mercado, com perfis etários e funcionais destoantes ao padrão estabelecido para a aposentadoria, que implicam em dependência e longo tempo de absorção dos fluxos previdenciários.

A partir de um *corpus* constituído por 33 entrevistas, os dados apreendidos pelo *software IRaMuTeQ* possibilitou a construção de 64 Segmentos de Texto (ST), com aproveitamento de 79,49% do material analisado, o que aponta significância para os dados coletados por apresentar um aproveitamento acima de 70%.

A análise do conjunto textual baseou-se na distribuição de vocábulos, oriundos das respostas das entrevistas, sendo agrupadas pelo programa apenas as que apresentaram frequência maior que 3, obtendo-se um total de 353 palavras analisáveis, que foram agregadas em grupos semânticos contextualizados, totalizando um total de 04 classes de categorias simbólicas. A esse processo denomina-se Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

A Figura 1 apresenta as categorias semânticas propostas para o estudo, constituídos pelas palavras mais significativas que definiram cada classe. A partir da análise hierárquica, formaram-se quatro classes, denominadas a partir do discurso apresentado, sendo a **Classe 1** - Sentidos da aposentadoria para servidores públicos; **Classe 2** - Atitudes diante do preparo para a aposentadoria; **Classe 3** - Impacto da aposentadoria sobre o cotidiano; **Classe 4** - Expectativas frente a aposentadoria. Vale ressaltar que as divisões de gênero em cada classe é resultado do programa utilizado como metodologia (IRaMuTeQ).

As classes, expostas detalhadamente na Figura 1, refletem as construções, ideários e atitudes de funcionários públicos mais velhos sobre o processo de aposentadoria, tendo como base as identidades social e cultural associadas às experiências no mercado de trabalho e das atividades ocupacionais no setor público, ao longo dos anos vividos.

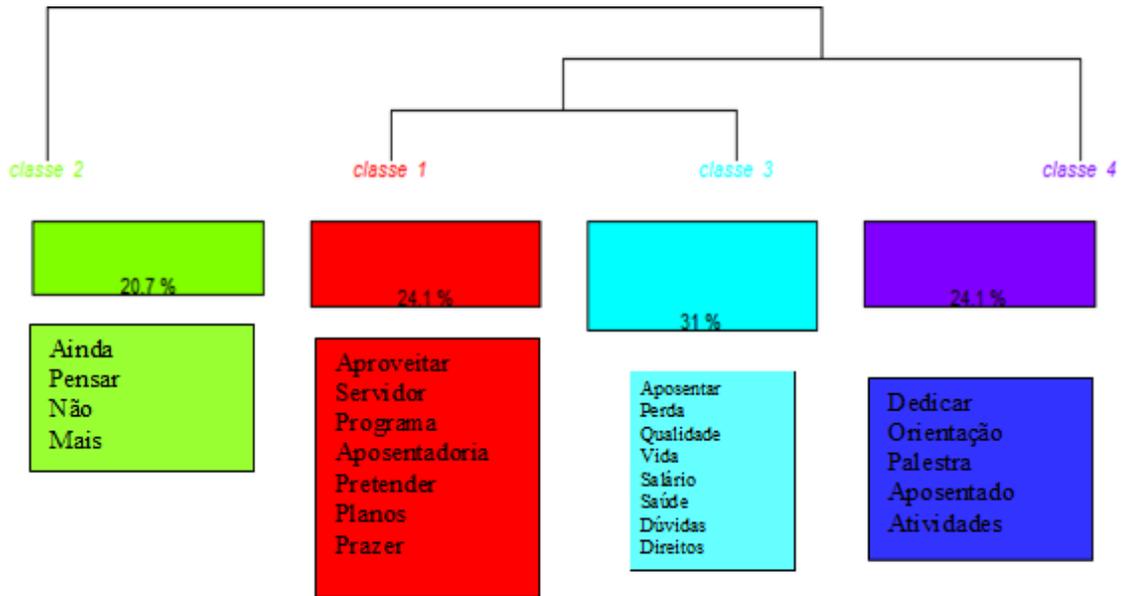


Figura 1 - Conteúdos semânticos mais evocados por classes ou categoria.
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A Classe 1, intitulada como “**Sentidos da aposentadoria para servidores públicos**”, foi constituída em sua maior parte por mulheres na faixa etária entre 50 e 59 anos, com escolaridade em nível superior, apresentou 24,1% dos ST do *corpus* analisado. Os participantes descreveram a aposentadoria como período de aproveitar a vida, de fazer novos planos e de recomeçar, tendo como sentido referido o dever cumprido, conforme exposto nos discursos abaixo:

[...] Dever cumprindo. Hora de se retirar para oportunizar os mais jovens [...] (Sujeito 05) [...] Deveria ser o tempo de colher tudo que plantamos e ser compensador [...] (Sujeito 06) [...] Um recomeço de novas transformações, seja na vida pessoal, familiar e social (Sujeito 12) [...] Aproveitar o resto da vida com saúde e prazeres que nos oferece (Sujeito 28).

Definida como saída da força de trabalho, a aposentadoria vem se modificando no contexto social atual, uma vez que favorece recomeços e reorganizações pessoais e psicossociais, de forma a instigar o envelhecimento ativo e participativo, preconizado por políticas propostas pela Organização Mundial de Saúde¹¹. Destarte, observa-se que, frequentemente no Brasil, uma significativa parcela de trabalhadores mais velhos aposenta-se com menos de 50 anos e, alguns estão vivendo mais tempo na aposentadoria do que o período que trabalharam e contribuíram economicamente para a sociedade.

A motivação para se aposentar mais cedo pode ocorrer quando o trabalhador percebe a relevância do tempo que terá disponível para o lazer ou para as atividades familiares e por antecipar a diminuição do *stress* pela saída do trabalho¹².

A **Classe 2 - Atitudes diante do preparo para a aposentadoria**, que apresentou 20,7% dos ST do corpus analisado, foi constituída por funcionários públicos do sexo masculino, com faixa etária entre 55 e 59 anos. As observações feitas pelos entrevistados permitiram identificar a ausência de planejamento e de reflexões sobre o envelhecimento e as mudanças biopsicossociais advindas com essa fase, destacando a aposentadoria. Expressões como “ainda”, “pensar” e “não” refletem também a carência de ações, políticas e de programas direcionadas ao trabalhador mais velho, como estratégia de preparo para o processo de afastamento do mercado de trabalho, seja no setor público ou privado.

[...] Ainda não pensei nessa hipótese [...] (Sujeito 4) [...] Não penso em aposentadoria [...] (Sujeito 8) [...] Ainda não perguntei a Deus [...] (Sujeito 22) [...] Não sei os requisitos para se aposentar [...] (Sujeito 24) [...] Ainda não pensei nisso. [...] (Sujeito 32).

Por construções históricas e culturais, as diversas camadas e segmentos sociais brasileiros não costumam planejar ou traçar conjecturas sobre as etapas posteriores do ciclo de vida, seja no âmbito pessoal ou laboral. Em pesquisa realizada, trabalhadores mais velhos afirmaram realizar diversos projetos e planejamentos para o período da aposentadoria; no entanto, muitos não foram capazes de descrever como esses projetos seriam efetuados e concretizados¹²⁻¹³.

A **Classe 3**, nomeada como “**Dimensões negativas da aposentadoria**”, foi formulada pelos participantes com faixa etária entre 60 e 69 anos e ensino superior completo.

A referida classe apresentou 31% dos ST do *corpus* analisado, unidades semânticas como *aposentar*, *perda*, *qualidade*, *salário*, *dúvidas* e *direito* refletem a aposentadoria associada às perdas salariais e a seguridade dos direitos, que geram dúvidas em relação tanto ao processo de transição quanto à qualidade de vida na velhice. As falas expressam a maior preocupação e o impacto mais temido pelos entrevistados: a redução dos proventos, o que torna a aposentadoria temida e, por vezes, rejeitada, entre os trabalhadores, conforme exposto nos discursos mostrados na sequência:

[...] Não está em meus planos pois perderia valores que são de alta importância pra minha qualidade de vida [...]. (Sujeito 20)
 [...] penso muito na perda salarial [...]. (Sujeito 8) [...] Por mim nem tão cedo, pois as perdas salariais são muitas [...]. (Sujeito 19) [...] Preciso ter uma atividade a parte, para complemento da aposentadoria. (Sujeito 29).

As perdas ou reduções dos proventos aliados à perda do trabalho realizado e a possível perda de contato diário com os colegas de trabalho são possíveis fatores que colaboram com a construção de ideários negativos e tangíveis de preconceito quando analisados em relação a velhice. Estudo apontou que homens e mulheres, ao aposentarem-se, tornaram-se mais vulneráveis à perda dos seus papéis sociais, com impactos sobre a saúde mental e identidade social do trabalhado¹⁴.

A Classe 4 - **“Expectativas frente à aposentadoria”** apresentou 24,1% dos ST do *corpus* analisado, constituída por entrevistados predominantemente femininos, entre 50 e 59 anos e com tempo de serviço entre 35 a 39 anos prestados ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Os participantes associaram a aposentadoria a um tempo de se dedicar às atividades prazerosas, como viagens, e ao cuidado com a saúde e convívio com a família. Isso reforça a estreita relação entre as constantes mudanças dos processos de trabalho e às mudanças na dinâmica do cuidado de pessoas idosas nas sociedades modernas, representando a aposentadoria como uma oportunidade de mudanças, em uma dimensão positiva, conforme exposto nos discursos mostrados na sequência:

[...] Viajar, procurar fazer algo que me der prazer [...] (Sujeito 11) [...] Morar na praia para ter uma melhor qualidade de vida [...] (Sujeito 19) [...] Desfrutar mais tempo com minha família, ocupando o tempo com atividade que me der prazer [...] (Sujeito 25) [...] Poder cuidar da velhice e ter qualidade de vida no final da existência [...] (Sujeito 33).

Embora os trabalhadores que participaram desse estudo tenham relatado nunca ter participado de qualquer discussão prévia sobre a aposentadoria, apresentaram-se cientes de que uma importante ferramenta de enfrentamento para as mudanças associadas a aposentadoria seriam os Programas de Preparação ou Orientação para a aposentadoria,

conforme identificados em outros estudos que envolveram garis, executivos e professores e servidores das universidades¹⁴⁻¹⁵, composto por palestras proferidas por especialista em Direito, finanças, previdência e intensificados nas dinâmicas vivenciais.

Os entrevistados reforçam, por meio de seus discursos, a necessidade de espaços institucionais que preparem o trabalhador para as mudanças inerentes a aposentadoria. Afirmam, ainda, por meio de suas falas exemplificadas a seguir, que os programas de preparo para a aposentadoria mostram-se benéficos por minimizarem os impactos, por meio de orientações que envolvam desde os trâmites legais para o processo de aposentadoria até as estratégias de autocuidado.

[...] Gostaria que existisse esse programa para a fim de dar suporte aos servidores prestes a se aposentar [...] (Sujeito 10)
 [...] Com orientação de forma que a aposentadoria traga menos impacto a uma nova vida [...] (Sujeito 12) [...] Um programa que tivesse um incentivo para valer a pena aposentadoria [...] (Sujeito 18) [...] Deveria ter palestras, orientando aos servidores como seria após aposentadoria, pedir opiniões aos servidores, cuidar de quem doou uma vida pelo serviço público [...] (Sujeito 26).

Por fim, quando questionados sobre os planos futuros para a vida após a aposentadoria, os discursos dos participantes apresentam uma forte ancoragem na permanência no mercado de trabalho, desenvolvendo atividades profissionais ligadas aos anseios cultivados ao longo da vida, mas que seriam pertinentes durante a aposentadoria. Esse ideário pode ser visto nas falas apresentadas na sequência:

[...] exercer a função de psicóloga, que é o meu sonho [...] (Sujeito 10) [...] Com orientação de forma que a aposentadoria traga menos impacto a uma nova vida [...] (Sujeito 12) [...] Trabalhar como advogada [...] (Sujeito 14) [...] Pretendo ser aproveitado numa função de confiança no TJ, tenho muito a oferecer, por experiência de serviço público [...] (Sujeito 19).

Esta posição é reforçada por autores que revelam que a decisão da aposentadoria irá depender do balanço entre os ganhos obtidos pela liberdade de tempo, tais como as atividades de lazer e cultura, o relacionamento social e familiar, as possibilidades de um novo começo, a

continuidade e o tempo para investimentos e as perdas percebidas frente à aposentadoria, tais como: reduções dos benefícios e salários, dos aspectos emocionais e tangíveis do trabalho e dos relacionamentos no trabalho¹⁶⁻¹⁷.

Assim, a representação social que os funcionários públicos têm da aposentadoria pode ser traduzida como um possível recomeço, focado nos relacionamentos interpessoais e familiares e nas atividades voltadas para a preservação da saúde e da qualidade de vida¹⁸. Entretanto, as dimensões negativas ancoram-se nas perdas financeiras e na restrição do padrão socioeconômico.

Para minimizar esta dimensão, é necessário a realização de encontros que estimulem o potencial criativo e o lazer dos trabalhadores. Assim, conseqüentemente, estimulem a possibilidade de novas relações sociais, incentivando projetos que retomem velhos interesses ou que fomentem a descoberta de novas potencialidades, consolidando novas redes de cuidado aos novos aposentados¹⁹.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a significação dos programas de preparação para aposentadoria na voz de servidores públicos do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Por conseguinte, observou-se que diversos autores recomendam a criação de fóruns de discussão e reflexão sobre a aposentadoria, enquanto o trabalhador encontra-se ativo no mercado de trabalho, mesmo para aqueles que consideram a aposentadoria como algo negativo ou nunca conversaram a este respeito.

A falta de um preparo durante o processo de aposentadoria e de um suporte familiar gera no idoso o sentimento de inutilidade e insegurança. A pessoa idosa quando se vê frente ao processo de aposentadoria, por vezes, pode sentir-se desmotivada, sem ânimo para o futuro, sem novas perspectivas, postergando, inclusive este acontecimento em sua vida. Conseqüentemente, opta pelo abono de permanência, por decidir em continuar por mais tempo na organização. Assim, diante de um preparo, esta realidade pode modificar ou ao mesmo nortear rumos e percepções sobre a nova etapa do ciclo de vida a ser enfrentado, dando um olhar para o futuro.

Fazer um comparativo entre os idosos que estão para se aposentar e aqueles que se aposentaram, é de grande relevância para o campo da gerontologia, pois estas duas realidades são bem presentes no cotidiano da sociedade e pouco se discute sobre seus impactos no envelhecimento populacional.

Espera-se que a propositura do programa de preparação para aposentadoria possa fortalecer as ações educativas direcionadas às orientações para pós-carreira, fomentando a construção de um novo projeto de vida em pessoas que se aproximam dos marcos sociais da velhice através da aposentadoria.

REFERÊNCIAS

1. Gerland, P., Raftery, A. E., Ševčíková, H., Li, N., Gu, D., Spoorenberg, T., ... & Bay, G. World population stabilization unlikely this century. *Science*. 2014; 346(6206), 234-237.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010. 2011.
3. França, L. H., & Stepansky, D. V. Educação permanente para trabalhadores idosos-o retorno à rede social. *Boletim Técnico do Senac*. 2016; 31(2), 41-50.
4. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466, de 12 de Dezembro de 2012. [Internet] 2013. [acesso em 10 dez 2017] Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
5. Camargo, B. V., & Justo, A. M. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
6. Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.
7. Brasil, Ministério de Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais*, 2011.
8. Campos, Marden Barbosa de. *Pesos e medidas em estudos de gênero: os desafios para a mensuração de mudanças sociais*. 2018.
9. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BR). Secretaria Executiva. Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público. *Manual: Aposentadoria*. Brasília, 2017.
10. Alves SB, Campelo EPOS, Arruda FT. Produção de conhecimento no serviço social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores. *Textos & Contextos*. 2016; 15(1).
11. World Health Organization. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*, 2005.
12. Zanelli JC, Silva N., Soares DH. *Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira*. Porto Alegre: Artmed; 2010.
13. França LH. *O desafio da aposentadoria*. Rio de Janeiro: Rocco; 2008.
14. Bressan MALC. *A significação do trabalho e da aposentadoria: o caso dos servidores da Universidade Federal de Viçosa [dissertação de Mestrado]*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; 2011.

15. França LHFP, Carneiro VL. Programas de Preparação para aposentadoria: um estudo com trabalhadores mais velhos em Resende (RJ). *Rev Bras Geriatr Gerontol* 2009; 12(3):429-47.
16. França LHFP, Menezes GS, Siqueira AR. Planejamento para aposentadoria: a visão dos garis. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, 2012; 15(4):733-745.
17. França LHFP, Soares DHP. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. *Psicol Cienc Prof [Internet]*. 2009; 29(4):738-51.
18. Martins, Lusineide Ferreira and Borges, Elisa Silva Educação para aposentadoria: avaliação dos impactos de um programa para melhorar qualidade de vida pós trabalho. *Interações*. 2017; 18(3): 55-68.
19. Murta, Sheila Giardini et al. Preparação para a aposentadoria: implantação e avaliação do programa viva mais!. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2014; 27(1):01-09.

4.3 GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA APOSENTADORIA

Diante do exposto, foi realizada a pesquisa com 33 servidores que preenchem os requisitos para aposentadoria, inclusive alguns já recebendo abono de permanência. Por meio das falas dos sujeitos, 99% demonstraram a necessidade e importância de um programa de preparo para aposentadoria, tendo em vista a falta de informações necessárias para a tomada de decisão para essa etapa da vida. Devido à falta de orientação e direcionamento muitos não conheciam seus direitos.

A partir disso, foi percebido a necessidade de criar um Guia de Orientação para facilitar aos servidores a disponibilidade do acesso às informações necessárias para o processo de aposentadoria, como por exemplo: “Quais os tipos de aposentadoria?”; “Quais são as regras para se aposentar?”; “Qual a legislação que trata da aposentadoria?”.

Dessa forma, possibilita a disponibilidade de um acesso fácil e viável no *site* do TJ, na página da *intranet*, a fim de facilitar as informações necessárias e importantes, contribuindo para a tomada de decisão da aposentadoria, possibilitando que o servidor desfrute de uma nova fase da vida.

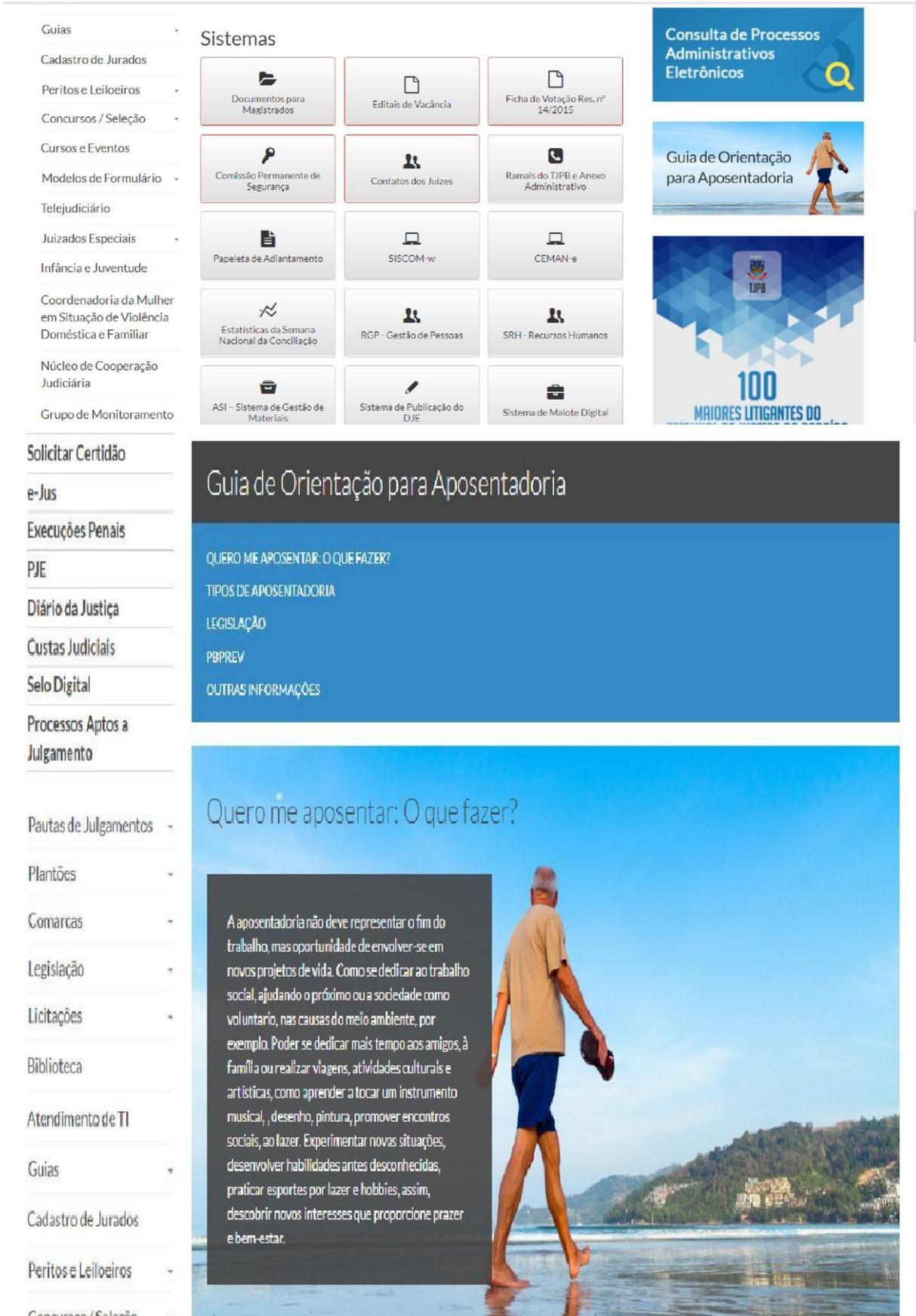


FIGURA 1: *homepage* do Guia de Orientação para facilitar aos servidores a disponibilidade do acesso às informações necessárias para o processo de aposentadoria.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve o intuito de elaborar um guia de orientação para os servidores em situação de aposentadoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Inicialmente buscou-se identificar os trabalhadores que já possuam tempo de serviço para aposentadoria ou que estejam próximos. Em seguida, caracterizar o perfil ocupacional dos trabalhadores em fase de pré-aposentadoria de um Tribunal de Justiça. Desse modo, fundamentar a confecção e disponibilizar o guia de forma virtual no site do Tribunal de Justiça.

Observou-se que diversos autores recomendam a criação de fóruns de discussão e reflexão sobre a aposentadoria, enquanto o trabalhador encontra-se ativo no mercado de trabalho, mesmo para aqueles que consideram a aposentadoria como algo negativo ou nunca conversaram a este respeito.

Por conseguinte, a ausência de orientação durante o processo de aposentadoria e de um suporte familiar gera no idoso o sentimento de inutilidade e insegurança. A pessoa idosa quando se vê frente ao processo de aposentadoria, por vezes, pode se sentir desmotivada, sem ânimo para o futuro, sem novas perspectivas, postergando, inclusive este acontecimento em sua vida. Conseqüentemente, opta pelo abono de permanência, por decidir em continuar por mais tempo na organização. Assim, diante de um preparo, esta realidade pode modificar ou ao mesmo nortear rumos e percepções sobre a nova etapa do ciclo de vida a ser enfrentado, dando um olhar para o futuro.

Espera-se que a propositura do programa de preparação para aposentadoria possa fortalecer as ações educativas direcionadas às orientações para pós-carreira, fomentando a construção de um novo projeto de vida em pessoas que se aproximam dos marcos sociais da velhice por meio da aposentadoria; além disso, anseia-se que este estudo traga contribuição para a sociedade científica e acadêmica, principalmente na área gerontologia, proporcionando novos estudos e ações de promoção sociais ou educacionais, voltadas a pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, L.N.; et al. Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso.
- ANTUNES, M. H.; SOARES, D. H. P.; SILVA, N. Orientação para aposentadoria nas organizações: histórico, gestão de pessoas e indicadores para uma possível associação com a gestão do conhecimento. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 43-63, jan./jun. 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70 Persona, 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012a [Internet]. [citado em 2014. Fev. 27]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. 109 Frankl. Acesso em: 25 de Janeiro de 2016.
- BRASIL. ESTATUTO DO IDOSO. Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.
- BRASIL. Lei nº 8.842, de 1 de janeiro de 1994.
- CAMARGO BV, JUSTO AM. **Tutorial para uso do software de análise textual IRaMuTeQ**. Universidade Federal de Santa Catarina: 2013.
- CAMARGO BV. ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In Moreira ASP, Camargo BV, Jesuíno JC, Nóbrega SM. (Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora da UFPB; 2005. p. 511-539.
- CESAR, J. A.; et al. Perfil dos idosos residentes em dois municípios pobres das regiões Norte e Nordeste do Brasil: resultados de estudo transversal de base populacional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, 2008.
- Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 4, 2008.
- FRANCA, L. H. F. P.; SOARES, D. H. P. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psico. Cienc. Prof.**, v.29, n.4, 2009.
- FREITAS, E. V. de; et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Preocupação futura**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/preocupacao_futura.html. Acesso em: 11 mar 2011.
- JOIA, L. C.; RUIZ, T.; DONALISIO, M.R. Condições associadas ao grau de satisfação com a vida entre a população de idosos. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 1, fev. 2007.
- KALACHE, A. O mundo envelhece: é imperativo criar um pacto de solidariedade social.
- LAHLOU, S. Text Mining Methods: An answer to Chartier and Meunier. **Papers on Social Representations**. 2012; 20(38): 1.-7.

- MARTINS, J. J. et al. Avaliação da qualidade de vida de idosos que recebem cuidados domiciliares. **Acta Paul Enferm.**, v.22, n.3, p.265-71, 2009.
- MEIRELES, V. C.; et al. Características dos idosos em área de abrangência do Programa Saúde da Família na região noroeste do Paraná: contribuições para a gestão do cuidado em enfermagem. **Saúde sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 1, 2007.
- NERI, A. L. **Palavras chave em gerontologia**. 3.ed. Campinas: Editora Alínea, 2008.
- PEREIRA, R. J.; et al. Qualidade de vida global de idosos. **Rev Psiquiatr RS**, v.28, n.1, p.27-38, jan/abr 2006.
- PERETTI, Clélia; STURBA, Rosângela. A Compreensão da Realidade Social dos Idosos à Luz da Fenomenologia Social de Alfred Schutz. **Caminhos**, v. 12, n. 2, p. 345-354, 2014. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v.43, n.4, 2009.
- SOARES, D. H. P.; BOGONI, A. Projetos de futuro na aposentadoria: uma discussão fundamentada pela orientação profissional em Psicologia. **Revista de Psicología y Ciencias Afines**, v.5, n. 2, 2008.
- SOUZA, A. J. S. Criação e implantação do Programa de Preparo para Aposentadoria dos Servidores do TJRO, 2008.[Dissertação]Escola de Direito, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.
- VECCHIA, R. D.; RUIZ, T.; BOCCHI, S. C. M.; CORRENTE, J. E. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Rev Bras Epidemiologia**, v.8, n.3, 2005.
- VERAS, R. Envelhecimento, demandas, desafios e inovações. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 3, 2009.
- VIEIRA, E. B. **Manual de gerontologia**: um guia teórico-prático para profissionais, cuidadores e familiares. 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.
- WACHELKE JFR. Índice de Centralidade de Representações Sociais a partir de Evocações: exemplo de aplicação no estudo da representação social sobre Psicologia. **Reflexão e Crítica**. 2009; 22(1): 102-10.
- ZANELLI, J. C. Programa de Preparação para Aposentadoria como um processo de intervenção ao final de uma carreira. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Edição Esp. Temática, p. 157-176, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Esta pesquisa será desenvolvida por Maria dos Remédios Gonçalves dos Santos, aluna do Programa de Mestrado Profissional em Gerontologia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof^o Dr. Robson Antão Medeiros. O objetivo da pesquisa é identificar os trabalhadores que já possuam tempo de serviço para aposentadoria ou que estejam em fase de pré-aposentadoria de um Tribunal de Justiça. Em seguida, caracterizar o perfil ocupacional dessas pessoas. Por fim, fundamentar a confecção e disponibilizar o guia de forma virtual no site do Tribunal de Justiça.

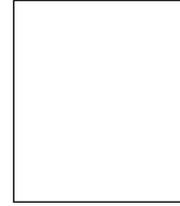
A finalidade deste trabalho é melhorar o processo de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba. Solicitamos a sua colaboração para uma entrevista por meio de um questionário com perguntas abertas e participação em um Programa de Preparo para Aposentadoria. Ao final você responderá um questionário de satisfação, portanto é necessário que você tenha a disponibilidade de um dia para participar do Programa de Preparo para Aposentadoria, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Neste estudo o risco previsível está na aplicação do programa quando você se sentir inseguro, desmotivado ou não querer participar do programa após seu início. Diante dessas circunstâncias o pesquisador buscará fornecer orientações para incentiva-lo às novas perspectivas sobre aposentadoria.

Portanto, nesta pesquisa o risco previsível está na aplicação do programa quando o servidor sentir-se inseguro, desmotivado ou não querer participar do programa após seu início. Diante dessas circunstâncias o pesquisador buscará fornecer orientações para incentivar novas perspectivas. Como benefícios poderá alertar a política interna do Tribunal de Justiça quanto as estratégias e ações otimizadas voltada para implantação de um programa de preparo para aposentadoria desse grupo de pessoas. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo(a) Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação ou interferência no seu processo de aposentadoria. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

João Pessoa, _____ de _____ de _____

Maria dos Remédios Gonçalves dos Santos
Pesquisadora Responsável



Assinatura do participante ou responsável legal

Impressão dactiloscópica

Contato:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o Comitê de Ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley -Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley-HULW – 2º andar. Cidade Universitária. Bairro: Castelo Branco – João Pessoa - PB. CEP: 58059-900. E-mail:comitedeetica@hulw.ufpb.br Campus I – Fone: 32167964.

APÊNDICE B
QUESTIONÁRIO

Data da Avaliação: ___/___/___

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Idade: _____ Data de Nascimento: ___/___/___

Estado Civil: () Solteira () Casada () Divorciada () Viúva

Sexo: () Masculino () Feminino

Escolaridade: () Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Superior Completo

() Ensino Superior Incompleto

Qual o cargo que você exerceu ou exerce? _____

Há quanto tempo? _____

Bebe: () Não () Sim.

Se sim, há quanto tempo? _____

Fuma: () Não () Sim

Se sim há quanto tempo?: _____

QUESTÕES DE SAÚDE

Tem alguma intercorrência de saúde? () Não () Sim

Qual? _____

ESPECIFICIDADE SOBRE APOSENTADORIA

1. Você já assistiu alguma palestra sobre aposentadoria? () Sim () Não

2. Há um Programa Institucional do TJPB para preparação a aposentadoria dos servidores?

() Sim Qual _____ () Não

3. Caso não exista, como gostaria que fosse esse programa institucional do TJPB para preparação a aposentadoria dos servidores? _____

4. Você já foi ao setor de Recursos Humanos do TJPB para saber qual a documentação necessária para preparação da aposentadoria dos servidores? () Sim () Não

5. Qual o sentido da aposentadoria para você? _____

6. O que você pretende fazer quando se aposentar? _____

7. Você exerce outra atividade remunerada fora do TJPB?

() Não () Sim Qual? _____

8. Você tem conhecimento de alguma atividade para preparação da aposentadoria do TJPB?

9. Como o TJ deveria preparar os servidores para aposentadoria?

10. Como deveria ser o Programa para Aposentadoria?

ANEXO

ANEXO A

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLITICAS, PRÁTICAS E TECNOLOGIAS INOVADORAS PARA O CUIDADO NA ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA IDOSA

Pesquisador: Antonia Oliveira Silva

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 67103917.6.0000.5188

Instituição Proponente: Programa de Mestrado Profissional em Gerontologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.190.153

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GERONTOLOGIA - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, sob a coordenação da professora Antonia Oliveira Silva.

Objetivo da Pesquisa:

GERAL:

Analisar as políticas e práticas de saúde centradas nas tecnologias inovadoras para o cuidado na Atenção à Saúde da pessoa idosa.

ESPECÍFICOS:

Desenvolver tecnologias inovadoras para o cuidado frente às Políticas e Práticas Profissionais na Atenção à Saúde da Pessoa Idosa;

Avaliar a cognição da pessoa idosa;

Avaliar os serviços de saúde e a promoção de hábitos saudáveis oferecidos à pessoa idosa;

Realizar avaliação global da pessoa idosa;

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.190.153

Explorar o suporte familiar e social da pessoa idosa;
Desenvolver tecnologias, processos assistenciais e educacionais na atenção à saúde da pessoa idosa;
Promover o estudo de temáticas e de metodologias voltadas à capacitação profissional para o desempenho de ações que objetivem o bem-estar de pessoas idosas;
Elaborar Protocolos de Acolhimento Humanizado à Pessoa Idosa na Atenção à Saúde;
Organizar Guias de Orientações sobre Cuidados da Função Respiratória para a Pessoa Idosa Acamada, Prevenção de Quedas para Idosos em domicílio e Aplicativo de Orientação para Exames à Pessoa Idosa;
Construir Cartilhas de Orientações para Pessoa Idosa sobre Saúde, Práticas Integrativas e Complementares; Apoio Espiritual; Sexualidade; Infecção Sexualmente Transmissível e Doenças Crônicas não Transmissíveis;
Construir Instrumentos de Avaliação da Saúde, Visita Domiciliar para o Agente Comunitário e de Expressividade Vocal da Pessoa Idosa;
Adaptar Programa de Preparo para Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba;
Construir um Fluxograma para Literacia em Saúde à Pessoa Idosa;
Construir Cartilha de Orientação sobre Judicialização para Cirurgias de Fraturas em Idosos;
Produzir Vídeo sobre Cuidados com Alimentação e Comunicação para Cuidadores de Idosos em Instituições de Longa Permanência;
Produzir Vídeo Interativo sobre o Uso Adequado do Auxiliar Auditivo em Pessoas idosas;
Construir Tecnologias socioeducativas (jogos educativo-pedagógicos e outros) para Pessoa Idosa;
Construir Instrumentos para Consultas de Enfermagem na Atenção à Saúde da Pessoa Idosa;
Propor a sistematização da assistência de enfermagem fundamentada nas Políticas e Práticas na Atenção à Saúde da Pessoa Idosa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa possui risco mínimo, tendo em vista que no momento da entrevista o colaborador poderá se sentir constrangido, entretanto o mesmo tem o livre arbítrio para desistir da pesquisa.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.190.153

Benefícios:

Considera-se importante promover o desenvolvimento e o uso de tecnologias, processos assistenciais e educacionais na atenção à saúde da pessoa idosa, visando à implementação de políticas públicas em múltiplos contextos de atenção à saúde da pessoa idosa. Destaca-se, ainda, a importância da capacitação profissional para o desempenho de ações que objetivem o bem-estar de pessoas idosas para que articulem conhecimentos atualizados e metodologias pertinentes para atenção à saúde da pessoa idosa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, analisar as políticas e práticas de saúde centradas nas tecnologias inovadoras para o cuidado na Atenção à Saúde da pessoa idosa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA, A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL, DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À INSTITUIÇÃO ONDE OS DADOS PESQUISA NA INTEGRA, TODOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o cumprimento das pendências elencadas nos pareceres anteriores, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO DA FORMA COMO SE APRESENTA.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.190.153

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_900651.pdf	13/07/2017 22:48:58		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_02.pdf	13/07/2017 22:48:20	Antonia Oliveira Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_1.pdf	13/07/2017 22:32:23	Antonia Oliveira Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.pdf	02/06/2017 18:56:01	Antonia Oliveira Silva	Aceito
Outros	grupopesquisa.pdf	12/04/2017 12:06:21	Antonia Oliveira Silva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	anuencia.pdf	12/04/2017 12:04:01	Antonia Oliveira Silva	Aceito
Outros	Instrumento.pdf	12/04/2017 11:59:25	Antonia Oliveira Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 27 de Julho de 2017

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com